

Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha

Exposição à Violência Interparental: estudo de caso numa CPCJ

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2007

Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha

Exposição à Violência Interparental: estudo de caso numa CPCJ

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2007

Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha

Exposição à Violência Interparental: estudo de caso numa CPCJ

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Serviço Social.

Sumário

A problemática da violência interparental é, ainda hoje, um fenómeno social pouco estudado. Nos últimos anos, fruto de uma maior visibilidade do fenómeno associado às recentes alterações legislativas, permitiram a denúncia de novas situações de violência.

O presente estudo analisa em profundidade a experiência de vida de duas crianças/jovens, expostas durante anos e de forma sistemática à violência entre os pais, com o objectivo de perceber por um lado as suas percepções e representações sobre esta forma de violência, e por outro qual o impacto da mesma nas suas vidas. Da mesma forma, e revestindo o estudo um carácter muito interventivo, procurámos: identificar quais as necessidades de ajuda durante e após o conflito; identificar as razões para a não denúncia da situação de vitimação; identificar as razões para o não abandono do lar e manutenção da relação; e perceber qual o papel da CPCJ com a sua intervenção. Para recolha dos dados foi utilizado um guião de entrevista semi-estruturado, adaptado a partir do proposto por Sani (2003)

Os resultados indicam que a exposição à violência interparental tem efeitos muito negativos a vários níveis da vida destas crianças, sendo que os efeitos mais nefastos verificaram-se ao nível psicológico. Concluímos também que um dos factores decisivos na denúncia da situação de vitimação prende-se com a percepção da progenitora do estender da violência aos filhos. Por outro lado, foram identificadas algumas razões para a não denúncia da situação, como sendo o medo pela censura social, medo de perder os filhos e de não conseguir uma autonomia financeira. No que respeita à intervenção da CPCJ, os resultados vão no sentido desta ter um impacto muito positivo na alteração da vida dos envolvidos.

Dedicatória

À minha avó, por tudo o que ficou por dizer.

Agradecimentos

Certamente que um trabalho desta natureza não nasce do acaso. Várias foram as pessoas que o tornaram possível. Chegou a hora pois de deixar um sincero agradecimento a todas essas pessoas.

Aos meus pais, pelo curso, pela dedicação, pelo esforço e apoio. Da mesma forma, à minha “mana” pela preocupação que sempre demonstrou em acompanhar o meu percurso académico.

À Andreia por estar presente em todos os momentos, especialmente nos menos bons.

À Doutora Ana Isabel Sani, pela orientação, pela disponibilidade e interesse que sempre demonstrou, e especialmente pelo esforço adicional na recta final.

Às técnicas da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens onde o estudo foi realizado, cujos nomes não divulgarei para salvaguardar o total anonimato dos entrevistados, pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio, pelo carinho.

A todos os Docentes da Universidade Fernando Pessoa que pelo meu percurso académico se cruzaram, pelas palavras sábias, pelos conselhos, pelos conhecimentos transmitidos.

A todos um muito obrigado!!!!

ÍNDICE GERAL

Sumário _____	V
Dedicatória _____	VI
Agradecimentos _____	VII
Índice de siglas _____	X
Índice de anexos _____	XI
Introdução _____	12

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA FAMILIAR

Introdução _____	15
1.1 – A família como meio potencialmente conflituoso _____	15
1.2 – A violência familiar como modelo de aprendizagem: mitos e crenças sobre a violência _____	18
1.3 – Factores associados à violência na relação marital _____	21
1.3.1 – Factores individuais _____	21
1.3.2 – Factores sociais _____	23
1.3.3 – Factores contextuais _____	24
Conclusão _____	25

CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Introdução _____	26
------------------	----

2.1 – Definição de violência interparental _____	26
2.2 – O impacto da violência interparental nas crianças _____	27
2.2.1 – Efeitos directos _____	28
2.2.2 – Efeitos indirectos _____	30
2.3 – Factores mediadores do impacto _____	30
2.3.1 – Características individuais _____	32
2.3.2 – Características situacionais _____	34
2.3.3 – Características contextuais _____	35
Conclusão _____	37

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

Introdução _____	39
3.1 – Objectivos do estudo _____	39
3.2 – Metodologia _____	40
3.3 – Método _____	40
3.3.1 – Participantes _____	40
3.3.2 – Instrumentos _____	42
3.3.3 – Procedimentos _____	43
3.4 – Apresentação dos resultados _____	44
3.5 – Análise e discussão dos resultados _____	55
Reflexões finais _____	60
Referências bibliográficas _____	62

Anexos

Índice de siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

EUA – Estados Unidos da América

Índice de anexos

Anexo 1 – Guião de entrevista

Anexo 2 – Matrizes conceptuais de análise de conteúdo

Anexo 3 – Declaração de consentimento da CPCJ para realização do estudo

Anexo 4 – Declarações de consentimento para realização de entrevistas

Introdução

O fenómeno da violência familiar tem vindo a converter-se nas últimas décadas num assunto de elevado interesse institucional, legal e social. O estudo das razões, da elevada incidência e da gravidade das consequências dos conflitos maritais têm dominado a atenção dos teóricos nesta matéria. No entanto, e apesar de um aparente maior sentido de responsabilidade social, de uma maior visibilidade dos casos e da existência de mais e melhor informação, as estatísticas não correspondem à verdadeira realidade. Diversos factores de nível histórico e cultural contribuem para este facto.

No seio destas famílias, inúmeras são as crianças/jovens expostas à violência entre os pais/cuidadores. Estudos na área da vitimação indirecta têm, a partir de relatos em segunda pessoa (e.g. relatos mãe), avançado com explicações sobre a experiência das crianças e quais os efeitos da violência parental nestas. No entanto, diversas são as críticas apontadas a esta metodologia, não só pela possibilidade da mãe deturpar a experiência das crianças, ou simplesmente não conhecer na totalidade.

O presente estudo deriva da percepção, resultante da experiência numa Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do país, do aumento exponencial de novas situações de violência e por sua vez da necessidade de melhor conhecer esta realidade para melhor poder intervir.

Assim sendo, o trabalho encontra-se organizado em duas partes. A primeira parte corresponde à revisão da literatura sobre o tema e é constituída por dois capítulos. O primeiro aborda, de uma forma geral, as questões da violência familiar, fazendo referência a esta enquanto modelo de aprendizagem, muito vinculada na teoria da transmissão intergeracional da violência. Tecem-se ainda algumas considerações relativas aos factores associados à violência marital. No segundo, procurámos perceber qual o impacto, mediante a revisão da literatura, da violência interparental na vida destas crianças. Da mesma forma, faz-se referência a alguns factores mediadores do impacto da violência.

A segunda parte, constituída pelo terceiro capítulo, corresponde ao estudo empírico realizado, onde se apresentam e analisam os dados resultantes da aplicação de uma entrevista em profundidade a duas crianças/jovens expostas durante anos a situações de violência parental. Procurámos então dar voz aqueles que enquanto verdadeiros implicados são os melhores descritores da sua própria realidade.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA FAMILIAR

Introdução

No presente capítulo pretende-se analisar algumas características familiares que possam ter alguma quota de responsabilidade na ocorrência de conflitos conjugais. Características estas que se prendem com a qualidade da relação, factores individuais das vítimas e agressores, factores sociais e contextuais. Far-se-á ainda alusão a uma das teorias explicativas da transmissão intergeracional da violência, muito apoiada na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura, relacionando-a com alguns mitos e crenças da violência familiar.

1.1 – A família como meio potencialmente conflituoso

Ao longo dos tempos que a família, enquanto instituição, se considerou como tendo um certo carácter privado, onde o comportamento dos seus membros se situava fora do controlo social (Hernandez & Grãs, 2005). Do mesmo modo, à instituição familiar, sempre foi imputada uma quota de responsabilidade na origem da violência (Emery, 1989) sendo esta reconhecida, sobretudo em contexto familiar, como um problema social grave (Sani, 2004b).

Seguindo esta corrente de impregnação da violência no seio familiar, estatísticas internacionais indicam-nos que, e referindo-se à realidade dos Estados Unidos da América, cerca de 20% de todos os homicídios ocorridos na década de 80 foram cometidos entre membros familiares. Da mesma forma, aproximadamente um terço dos homicídios de mulheres terá sido cometido pelos seus maridos ou namorados (U.S Department of Justice, 1984, cit. in Emery, 1989). Doerner e Lab (1995, cit. in Matos, 2003) estimam que perto de 2,1 milhões de mulheres sofrem de maus tratos a cada ano. Acrescentam ainda, citando o *Bureau of Justice Nacional Crime Survey*, que a cada 15 segundos uma mulher é maltratada na sua casa.

No que concerne ao abuso de menores, aproximadamente 1.000.000 de sinalizações oficiais de crianças abusadas terão ocorrido só no ano de 1982 (American Humane Association, 1984 cit. *in* Emery, 1989).

De igual forma, na vizinha Espanha, a realidade não é mais sorridente. Cerejo (2000, cit. *in* Hernandez & Grãs, 2005), citando fontes do Ministério do Interior Espanhol referem-nos que cerca de um terço do total de casos de homicídios cometidos anualmente têm como vítima e agressor membros da mesma família.

No que respeita à realidade portuguesa, estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) referentes ao primeiro semestre de 2006, vão no sentido de que, de facto, em mais de 97% dos casos, o agressor é conhecido da vítima, mantendo relações muito próximas com esta.

No que se refere ao local do crime, as estatísticas demonstram que cerca de 67,8% dos crimes são cometidos em residência comum. Este tipo de violência é normalmente definido como um crime de violência doméstica, sendo reconhecida, hoje em dia, como um dos mais sérios problemas das sociedades ocidentais (Manita, 2005).

Não sendo particularmente a forma de vitimação que pretendemos retratar no presente trabalho, parece-nos fundamental tecer algumas considerações relativas às definições propostas pela bibliografia no que concerne à violência doméstica. Esta forma de vitimação surge-nos muitas vezes definida na literatura como: “uma forma de violência entre dois parceiros adultos” (Fantuzzo & Mohr, 1999, cit. *in* Joest, 2003, p.5). No entanto, esta definição é muito restrita, centrando-se apenas na relação conjugal ou marital.

Assim, e seguindo as indicações de Manita (2005, p.7) a violência doméstica poderá ser entendida como:

“um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, directa ou indirectamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, filhos, pai mãe, avó, avô), ou que mesmo não co-habitando, seja seu companheiro(a) ou ex-companheiro(a), e que resulte em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de

isolamento social ou de privação económica, ou vise dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor, ou viver num clima de medo”.

Para além destas definições, alguns autores (Sani, 2003) referem-se à violência conjugal, interparental, interpessoal, marital, sobre os quais poderemos, apesar da necessidade de estabelecer as devidas diferenças, considerar como formas de violência associadas ao espaço doméstico. No entanto, e embora estas definições mereçam a devida distinção, esta será feita apenas no segundo capítulo, quando nos referirmos particularmente a uma forma de vitimação associada a este tipo de violência, como sendo a vitimação indirecta.

No seguimento desta associação da violência ao espaço doméstico, Straus e Gelles (1986 cit. *in* Hernandez & Grãs, 2005) tentam explicar a elevada incidência da violência familiar, enumerando para tal uma série de características que podem ser potencialmente determinantes no predomínio de condutas violentas no seio familiar. Dentro destas características, e na perspectiva dos autores, devemos destacar:

- a intensidade da relação, alicerçada pela grande quantidade de tempo partilhado entre os membros da família, o elevado grau de confiança entre estes, o desejo de exercer influência sobre os outros e o alto conhecimento mútuo derivado da convivência diária;
- a própria composição familiar, constituída por pessoas de diferente sexo e idade, o que implica a assunção de diferentes papéis a desempenhar que se podem traduzir em marcadas diferenças ao nível das motivações, interesses e actividades dos seus membros;
- o elevado nível de stresse ao qual a família está exposta enquanto grupo, resultantes do próprio ciclo vital e a exigências de tipo económico, laboral e social;
- o próprio carácter privado que possui tudo aquilo que ocorre no seio familiar e que, normalmente, tende a situar-se fora do controlo social.

Manita (2005) acrescenta ainda que uma das maiores complexidades desta forma de violência, está relacionado com o facto de esta ocorrer no seio de relações íntimas, nas quais vítima e agressor possuem uma elevada proximidade afectiva. Salienta a autora que para além disto o agressor dispõe, normalmente, de um conjunto vasto de estratégias de controlo da vítima.

1.2 – A violência familiar como modelo de aprendizagem: mitos e crenças sobre a violência

A violência familiar, nomeadamente a violência entre parceiros, tem vindo a ser retratada em textos religiosos e históricos desde o Império Romano (Davidson, 1978; Dobash & Dobash, 1979, cit. in Joest, 2003). Gelles (1999) no seu artigo intitulado “*Family Violence*” fala-nos do estatuto de subordinação da mulher que durante muitos anos predominou nos EUA e também noutros países Ocidentais (nos quais se inclui Portugal). Acrescenta o autor que a força física foi, durante longa data, utilizada como o último recurso para manter os grupos subordinados no seu lugar.

Foi sobretudo durante as décadas de 60 e 70 que as questões da violência, nomeadamente a violência contra as mulheres começaram, com o surgimento dos movimentos feministas, a receber mais atenção (Peck, 1987, cit. in Graham-Bermann & Hughes, 2003). No entanto, e analisando as estatísticas nacionais e internacionais, as questões da violência deverão ser ainda analisadas como um problema grave de saúde pública (Margolin & Gordis, 2004).

Algumas teorias têm avançado com propostas de explicação da transmissão intergeracional da violência (Emery, 1989), assim como a influência desta ao nível do ajustamento da criança (Sani, 2004a). A família, enquanto primeiro contexto educativo onde a criança começa a desenvolver-se e a socializar-se desempenha um papel crucial na adopção de condutas violentas.

Tal contexto funciona como um sistema que deve ser analisado aos níveis micro, meso, exo e macrosistema (Bronfenbrenner, 1979, cit. in Golçalves, Machado, Sani & Matos,

1999). Dentro do microsistema, a família¹ exerce influências mútuas entre os seus membros, daí que, o relacionamento marital constitua um dos factores que influenciam o comportamento da criança (Ramirez, 2004).

Neste seguimento, a Teoria da Aprendizagem Social prediz que: crianças repetidamente expostas a ineficazes formas de resolução de conflitos por parte dos seus pais, teriam oportunidade de observar, adquirir e gerar métodos ineficazes de resolver os seus próprios problemas interpessoais (Bandura, 1987, cit. *in* Marcus, Lindahl & Malik, 2001).

De facto, estudos demonstram que existe uma correspondência directa entre a observação de modelos violentos na infância e subsequente comportamento violento, quer seja em casa ou na comunidade (Belsky, 1980, cit. *in* Emery, 1989; Sani, 2004). Num estudo levado a cabo por Kalmuss (1984, cit. *in* Sani, 2004), o autor conclui que a transmissão intergeracional ocorre porque o significado que a criança atribui à violência é a de que esta é algo permitido, legitimando-se a aceitação da violência numa fase posterior.

Directamente relacionado com os resultados a que chegou Kalmuss, Patró, Limiñana e Martínez (2003, cit. *in* Hernandez & Grãs, 2005) referem que existe um conjunto de crenças e valores directamente associados à violência de género que podem constituir um modelo de aprendizagem de condutas violentas dentro do lar. Por outro lado, salientam Giliom, *et al.* (2002, cit. *in* Hernandez & Grãs, 2005) que a qualidade da relação familiar influencia a capacidade de autoregulação das condutas da criança e das suas emoções, assim como os significados que esta atribuirá às relações interpessoais.

Na perspectiva de Hernandez e Grãs (2005) a transmissão intergeracional da violência, mais concretamente a violência de género, é influenciada em grande medida por factores culturais, educacionais e sociais (socialização diferencial de género e aceitação

¹ Sampaio e Gameiro (1985, cit. *in* Alarcão, 2002, p.39) definem a família como: “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em continua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”.

social do uso da violência) assim como situacionais (história de vida familiar) (ver figura 1).

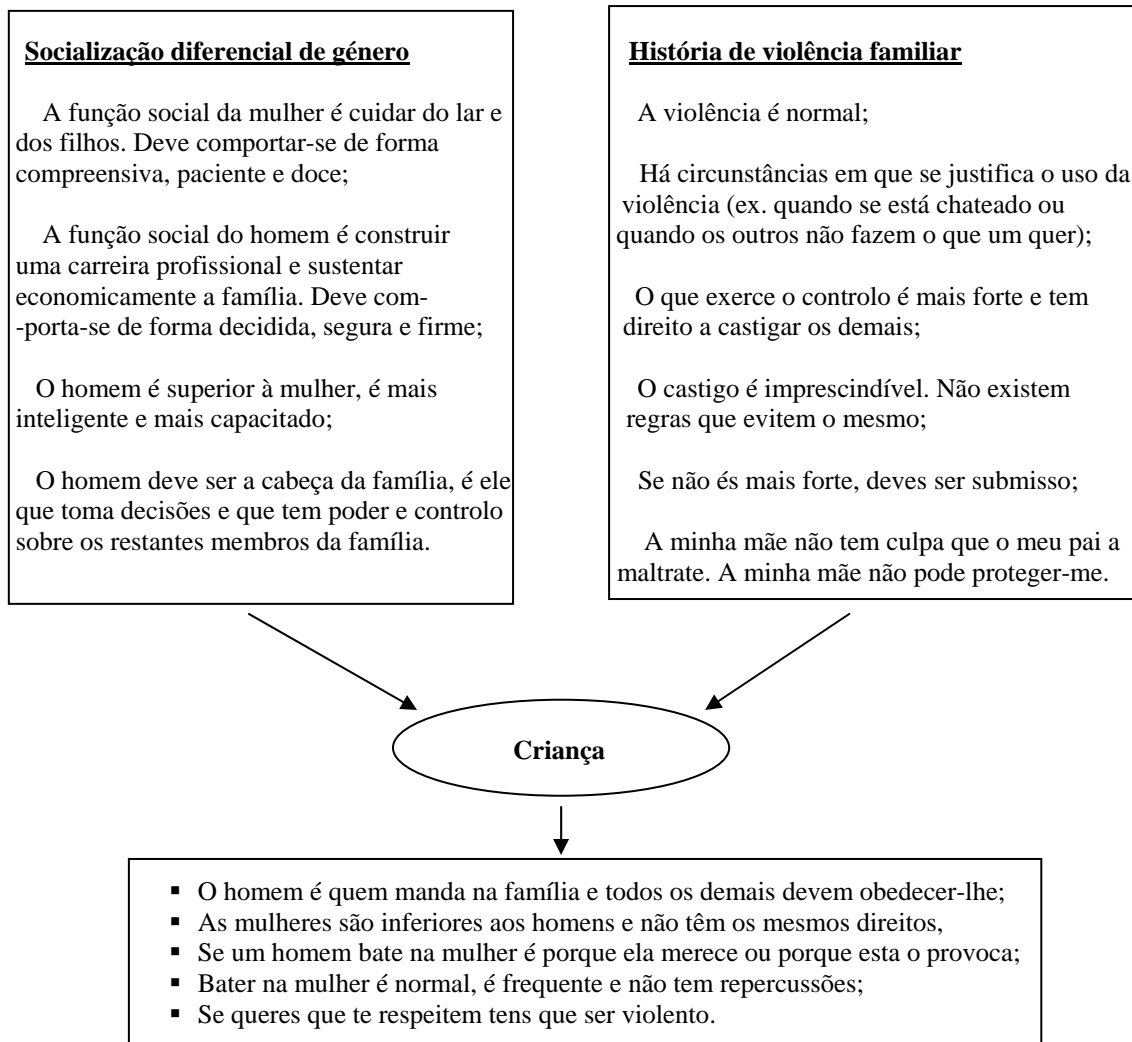


Figura 1: Crenças e valores associados sobre a violência de gênero (Patró, Limiñana & Martínez, 2003, cit. in Hernandez & Grãs, 2005).

Acrescentam os autores (Hernandez & Grãs, 2005), que este tipo de aprendizagens difere segundo o género. A tendência observada vai no sentido de que os rapazes aprendem mais que a violência é uma estratégia eficaz de resolução de problemas e a sua manifestação assegura uma posição de poder dentro da família, enquanto que as meninas aprendem a adoptar condutas de submissão e obediência. Baldry (2003) salienta ainda que os rapazes adoptam mais facilmente condutas violentas por comparação com as meninas.

De facto, esta teoria parece ser mais consistente no que respeita aos homens, isto é, estes tornarem-se com maior probabilidade maltratantes, do que as mulheres (estas estariam mais predispostas a tornarem-se vítimas). Porém esta noção de “teoria da determinação” não deve ser encarada de forma tão linear, ou seja, nem todas as crianças expostas a modelos de comportamento violentos se tornam agressores ou vítimas numa fase adulta (Matos, 2003). Ou seja, existe uma série de factores, sobretudo ambientais, que medeiam a socialização da criança. Daí que, afirmações apriorísticas de pré-determinação caíam por terra. Deste modo, percebe-se o porque destas questões terem sido e continuarem a ser cada vez mais objecto de debate e controvérsia (Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003).

1.3 – Factores associados à violência na relação marital

Os conflitos maritais não são desejáveis mas existem. E existem porque as relações entre os pares são complexas. Complexidade esta baseada na evolução que a relação vai sofrendo ao longo do tempo, onde a sociedade em geral exerce influências negativas e positivas sobre a dinâmica familiar (Ramirez, 2004).

Deste modo, devemos fazer referência a alguns factores que surgem retratados na literatura como potenciais factores de risco para a ocorrência de conflitos maritais (Jewkes, 2002; Gover, 2004). Kurdek (1996, cit. *in* Ramirez, 2004) refere-nos que a forma como cada pessoa enfrenta uma situação de conflito depende não só da sua capacidade cognitiva para avaliar e entender a situação como também da sua experiência passada. Deste modo, o conflito pode ser influenciado por diversos factores. Assim, por uma questão de sistematização optamos por uma organização dos mesmos em três categorias: factores individuais, sociais e contextuais.

1.3.1 - Factores individuais

Para alguns autores (e.g. Lewis & Fremouw, 2000) o conhecimento das características das vítimas proporciona uma informação válida para um melhor conhecimento da vitimologia e na implementação de estratégias de prevenção e intervenção. Dentro destas características, e seguindo indicações dos autores referenciados, é comum fazer-

-se referência à idade e ao estatuto sócio-económico. Contudo, este último analisaremos mais adiante quando falarmos dos factores sociais.

No que respeita à idade alguns autores (Arias *et al.*, 1987; Marshall & Rose, 1987; Reuterman & Burcky, 1989, cit. *in* Lewis & Fremouw, 2000) referem-nos que ocasionalmente a idade é referenciada em alguns trabalhos como significante. Contudo, em grande parte da literatura esta não é vista como potencial factor de risco. Jewkes (2002) acrescenta que, de igual forma, a idade ao casamento não deve ser tida como significativa para a ocorrência de conflitos parentais.

No entanto, outros estudos (Harned, 2002) indicam que mulheres mais novas têm mais probabilidade de serem maltratadas. A autora conclui num estudo levado a cabo que, mulheres mais novas têm maior probabilidade de serem sexualmente e fisicamente vítimas de violência. Não devemos descorar a conclusão a que chegou a autora que se prende com a justificação de que, regra geral, mulheres mais novas têm companheiros mais novos e segundo esta, estes encontrar-se-ão em maior risco de serem perpetradores de violência.

Relativamente às características dos agressores surge-nos frequentemente na literatura uma associação entre a violência na relação conjugal e outros factores como: desemprego, baixo nível de instrução e um fraco suporte social (Lewis & Fremouw, 2000).

Da mesma forma, o consumo excessivo de álcool (por parte do agressor) surge frequentemente referenciado nas histórias de violência entre casais como factor desorganizador da vida do casal (Sani, 2003). A este respeito, não existem dados suficientemente esclarecedores que demonstrem a sua causalidade (Matos, 2003). De facto, embora estudos demonstrem que uma elevada percentagem de vítimas refiram que os seus parceiros bebam frequentemente e em excesso, não se consegue estabelecer uma relação causa-efeito entre o consumo excessivo de álcool e a perpetração de violência (Jewkes, 2002).

Contribuem para esta constatação não só o facto de homens e mulheres, não sendo consumidores ou ingerirem bebidas alcoólicas de forma moderada, sejam também eles,

e em percentagem significativa, perpetradores de violência (Matos, 2003). Por outro lado, devemos equacionar a possibilidade do baixo discernimento das vítimas quanto à personalidade do ofensor, e centralização no consumo de álcool como origem dos problemas (Leonard, 1999; Wilson, 1997, cit. *in* Sani, 2003).

Alguns atributos como a capacidade e habilidades de comunicação, a satisfação na relação e capacidade de resolver os problemas têm na perspectiva de Lewis e Fremouw (2000) uma importância significativa na relação marital.

1.3.2 – Factores Sociais

Numa revisão pela literatura, são vários os factores referenciados que podem contribuir para um potencial aumento do risco de ocorrência de conflitos parentais. Questões de poder ligadas à vida entre casais, uma certa tolerância social perante o fenómeno e a presença de valores culturais de carácter patriarcais fortemente enraizados são frequentemente referenciados (Harned, 2002).

A tolerância social face à violência entre casais durante longos anos predominou nas sociedades ocidentais, na qual se inclui a portuguesa. Contribuíram para uma maior visibilidade deste fenómeno vários factores: desde logo as próprias mudanças na Lei², a emancipação económica das mulheres e a consequente redefinição do seu papel na família e na sociedade, assim como a democratização da própria sociedade para os quais contribuíram os movimentos feministas (Matos, 2003). Aliás, alguns destes factores (ex. emancipação económica das mulheres e consequente aumento de poder na sociedade e em casa) deverão ser considerados como factores de risco para a experimentação de violência (Jewkes, 2002).

Um outro factor referenciado na literatura como desorganizador da vida do casal é a pobreza e o stresse associado a esta. No entanto, Jewkes (2002) refere que com

² Refira-se que, apenas com a revisão constitucional de 1976, decorrente das mudanças sucessivas do 25 de Abril, é que se estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, a figura de “chefe de família” tão enraizada na cultura e valores da sociedade portuguesa, apenas desaparece (pelo menos do ponto de vista constitucional) em 1978. Até à data, a jurisprudência portuguesa, na linha do Direito antigo, conferia ao marido um poder moderado sobre a esposa (Beleza, 1999, cit. *in* Matos, 2003).

excepção da pobreza, não existem estudos realizados que sejam relevantes no que respeita à influência dos factores sociais no aumento do risco de violência entre o casal.

De facto, o nível sócio-económico baixo parece estar relacionado com um maior risco para infligir ou receber violência em homens e mulheres (O'Keefe, 1998; Stets & Henderson, 1991, cit. *in* Lewis & Fremouw, 2000).

Matos (2003) refere-nos, citando alguns estudos que, embora a violência marital seja transversal a todos os estratos sociais, parece ter mais incidência em níveis sócio-económicos e educacionais mais baixos. Não obstante, acrescenta a autora que devemos ter em atenção que, regra geral, estes estratos sociais são conferidos de uma maior visibilidade do fenómeno por comparação com os mais altos.

1.3.3 – Factores contextuais

Num estudo realizado por Spencer e Bryant (2000) com adolescentes em idade escolar, os autores analisam o contexto onde os indivíduos estão inseridos e procuram estabelecer uma relação com uma maior ou menor tendência para práticas violentas. Os autores concluem que crianças que frequentam escolas em ambientes rurais apresentam um risco mais elevado de serem vítimas ou perpetradores de violência por comparação com crianças residentes em ambientes suburbanos ou urbanos. Da mesma forma, tanto rapazes como raparigas que frequentam escolas em ambientes rurais referem terem assistido a mais agressões físicas comparativamente aos que frequentam escolas suburbanas ou urbanas.

Por outro lado, Magdol *et al.*, (1997, cit. *in* Lewis & Fremow, 2000) salientam, com base em estudos empíricos que, homens com tendências mais severas possuem um fraco suporte social.

Reuterman e Burcky (1989, cit. *in* Lewis & Fremouw, 2000) referem-nos que, de facto, a área de residência está relacionada com a possibilidade de perpetrar ou ser vítima de violência. Acrescentam os autores, com base em estudos de campo, que indivíduos residentes em ambientes rurais apresentavam três vezes mais hipóteses de serem

perpetradores ou vítimas de violência com os seus pares, comparativamente a indivíduos que residiam em ambientes urbanos ou suburbanos.

Pelo contrário, outros estudos na área dos conflitos maritais demonstram que indivíduos que crescem em áreas suburbanas ou urbanas apresentam uma maior probabilidade de se envolverem em acontecimentos violentos com os seus pares (Lane & Gwartney-Gibbs, 1985; Makepeace, 1987, cit. *in* Lewis & Fremouw, 2000). Deste modo, e embora se possa admitir que o contexto em que se insere o indivíduo exerce influência sobre este, não existe consensualidade entre os autores analisados.

Conclusão

Numa relação conflitual tende-se a destacar o negativo e minimizar o positivo, a responder mais aos acontecimentos negativos (de carácter geralmente mais reactivo) e desvalorizar os positivos. Assim, a tendência observada é a perda do controlo e do sentido de responsabilidade na relação conjugal. As incompatibilidades emergem e a capacidade de ouvir e escutar o outro diminuem (Stemberg, 1989, cit. *in* Ramirez, 2004). Dos conflitos conjugais surgem muitas vezes consequências nefastas não só para as vítimas directas como também para as indirectas (na maior parte dos casos menores expostos à violência interparental).

Diversos autores (Margolin & Gordis, 2000; Marcus *et al.*, 2001) com base na teoria da aprendizagem social referem-nos que, de facto, crianças expostas a comportamentos violentos entre os seus pais durante a infância têm maior probabilidade de serem também eles agressores ou vítimas numa fase adulta. Esta temática será abordada com maior profundidade no segundo capítulo quando falarmos especificamente no impacto da exposição à violência interparental.

Uma identificação de potenciais factores de risco que possam estar associados à violência interparental podem, não só contribuir para a implementação de planos de prevenção como também da definição de programas de intervenção que respondam às verdadeiras necessidades dos envolvidos.

CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Introdução

Num estudo realizado por Hilton (1992, cit. *in* Brancalhone 2004) com mulheres vítimas de violência, cerca de 55 % relataram o testemunho por parte dos seus filhos das agressões físicas e/ou psicológicas que foram vítimas. Da mesma forma, estatísticas realizadas nos EUA estimam que entre 2,3 milhões a 10 milhões de crianças estejam expostas à violência interpARENTAL a cada ano (Ramirez, 2005). Em Portugal não se conhece para já a percentagem de crianças expostas à violência interpARENTAL. As estatísticas da APAV referentes ao 1º semestre de 2006 relatam a sinalização de 7070 crimes, do qual se destaca o crime de violência doméstica com 86,2% das ocorrências. No entanto, o número de crianças que possam estar expostas a esta ou outras formas de violência não são quantificados.

Estas crianças são normalmente designadas de, “esquecidas”, “desconhecidas” e “silenciosas” (Sani, 2002; Groves, *et al.* 1993, cit. *in* Eisikovits, Winstok e Enosh, 1998), daí que seja difícil estatisticamente atribuir significado à problemática.

A violência interpARENTAL tende a ocorrer em grande maioria das vezes em casa. Lugar, regra geral, associado à segurança e protecção das crianças. Para agravar mais a situação, tanto a vítima como o agressor são pessoas muito próximas da criança, às quais esta tende a identificar-se e a querer como figuras de suporte (Sani, 1999b). Daí que, seja de prever que os efeitos nas crianças que presenciam, que observam, que ouvem os conflitos interpARENTAIS sejam os mais adversos possíveis.

2.1 – Definição de violência interpARENTAL

No campo da terminologia, importa tecer algumas considerações relativas à forma de violência que pretendemos retratar. Ao falarmos de violência interpARENTAL, estamos a referir-nos a:

“uma forma de violência que ocorre entre homem e mulher, que vivem na mesma casa, podendo estar unidos ou não por laços de conjugalidade. Assim, falamos em violência interparental quando pretendemos retratar uma situação de violência entre os pais naturais, os quais vivem juntos e que podem ou não estar casados” (Sani, 2003, p.13).

Outros autores (DePaola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991) salientam que, a criança não precisa de observar a agressão para sair profundamente afectada. Deste modo, a criança exposta à violência interparental é aquela que viu, ouviu a agressão (quer seja verbal ou física), viu o seu resultado ou vivenciou o seu impacto quando interagindo com os pais (Holden, 1998, cit. *in* Brancalhone, 2004).

Não devemos é, de facto, optar pela designação de violência doméstica³ para traduzir o que pretendemos retratar, isto porque, sendo muito mais abrangente, pode incluir outras formas de violência, como os maus tratos (físicos ou psicológicos) a crianças ou a pessoas idosas; violência sobre a(o) companheira(o). Neste último caso a referência a ambos os géneros pretende salvaguardar a possibilidade, embora estatisticamente menos representativa, da violência sobre o género masculino.

Ao longo do trabalho, os termos violência interparental, violência conjugal e marital são utilizados de forma indiscriminada, não que não sejam coisas diferentes, não que não mereçam as devidas distinções, mas sim porque nos queremos referir a uma forma de “vitimação, em que a criança está exposta à violência entre duas pessoas próximas afectivamente e com quem partilha o mesmo espaço” (Sani, 2003, p.14).

2.2 – O impacto da exposição à violência interparental nas crianças

A exposição a conflitos interparentais constitui, por si só, um dos stressores mais negativos para as crianças, principalmente se estes envolverem agressões físicas (Davies & Cummings, 1994). Da mesma forma, estudos demonstram que crianças expostas à violência interparental possuem um sério risco de poderem vir a ter problemas de ajustamento a vários níveis (Fergusson & Horwood, 1998). Por outro lado, Davies e Cummings (1994) referem que o testemunho da violência tem efeitos mais negativos na

³ Vide definição de violência doméstica de Manita, 2005, p.7.

criança quando envolvendo as figuras parentais, por comparação com conflitos entre outros adultos.

Deste modo, as consequências da exposição à violência interparental traz para a criança efeitos directos e indirectos, a curto, a médio e a longo prazo (Margolin, 1998).

2.2.1 – Efeitos directos

O impacto imediato nas crianças dos conflitos entre adultos tem vindo a ser bem documentado, sobretudo no que toca à questão emocional. De facto, na revisão da literatura, os efeitos mais nefastos parecem ser os de ordem psicológica (Sani, 2002). No entanto, a exposição à violência interparental pode ter outras implicações no desenvolvimento da criança, quer sejam a curto e ou a longo prazo (Margolin & Gordis, 2004), aos níveis comportamental, cognitivo, afectivo/emocional, (Ballard, Cummings & Larkin, 1993; Cummings, 1987; El-Sheikh *et al.* 1989; Gottaman & Katz, 1989; Grych & Fincham, 1993; O'Brien *et al.* 1991; cit. *in* Davies & Cummings, 1994), social (Eisikovits *et al.* 1998) e biológico (Perry, 1997, cit. *in* Margolin & Gordis, 2000).

De acordo com a teoria da aprendizagem social, experiências de exposição a condutas violentas na infância podem resultar no desenvolvimento de comportamentos agressivos no jovem/adulto ou adulto (Margolin & Gordis, 2000; Marcus *et al.* 2001). Deste ponto de vista comportamental, crianças expostas a conflitos parentais, podem apresentar condutas de exteriorização tais como: agressividade, comportamentos anti-sociais, abuso de substâncias abusivas, delinquência juvenil (Fergusson & Horwood, 1998), hostilidade e irritabilidade (Porter & O'leary, 1980, cit. *in* Ramirez, 2005).

Em relação à vertente emocional, alguns autores (Saarni *et al.* 1998, cit. *in* Cummings, Goeke-Morey & Papp, 2003) consideram que as emoções são fundamentais para percebermos os significados e o impacto nos processos interpessoais. Deste modo, as reacções emocionais das crianças aos conflitos interparentais proporcionam-nos indicadores relativos ao seu funcionamento (Cummings & Davies, 2002; Emery, 1989; Grych & Fincham, 1990; Jenkins, 2000; Parke *et al.*, 2001; Thompson & Calkins, 1996; Wilson & Gottman, 1995; cit. *in* Cummings *et al.*, 2003)

Estas crianças apresentam frequentemente sentimentos de perda, raiva, confusão, culpa, medo, insegurança, falta de confiança (Eisikovits *et al.*, 1998). Podem sentir-se inseguras, incertas do que fazer, e muitas vezes responsáveis pelo que aconteceu (Alessi & Heran, 1984; Carlson, 1984; Cassady *et al.*, 1987; Layzer *et al.*, 1986; Martin, 1976; Westra & Martin, 1981; cit. *in* Eisikovits *et al.*, 1998).

Do ponto de vista psicológico, sintomas de internalização como depressão e ansiedade (Hernandez & Grãs, 2005) são frequentes. Investigações no campo psicofisiológico demonstram que podem surgir problemas de enurese e pesadelos (DePaula *et al.*, 1991). Por outro lado, os efeitos da exposição à violência interparental, podem afectar a capacidade de reacção ao stresse (Margolin & Gordis, 2000). Sani (2002) acrescenta que é comum estas crianças chorarem frequentemente, mostrarem-se frias com expressões faciais de tristeza assim como terem movimentos corporais tensos.

Um outro efeito da violência parental na criança prende-se com a vertente social. A observação da forma como os pais resolvem os seus conflitos, influencia a forma como a criança constrói internamente os seus modelos de relacionamento, que por sua vez poderá influenciar a forma da criança interagir socialmente. A criança acaba por interiorizar um conjunto de mensagens negativas sobre a forma de resolução dos conflitos e aceitabilidade da violência. Estudos sugerem que, crianças cujos pais resolviam os seus conflitos mediante estratégias de intimidação e dominação podem adoptar estratégias similares com os pares numa fase posterior (Fincham, Grych e Osborne, 1994).

Baldry (2003) refere-nos a este respeito que a exposição à violência interparental está associada a problemas de maltrato entre companheiros na escola. Por outro lado, Margolin (2004) salienta que crianças expostas à violência interparental subsequentemente têm maior probabilidade, na fase adulta, de se tornarem eles próprios perpetradores de violência para com os seus parceiros.

Dentro do parâmetro cognitivo, é comum inserir-se a possibilidade de um desenvolvimento cognitivo atrasado assim como um pobre desempenho académico (Margolin & Gordis, 2000). Por outro lado, a própria compreensão que a criança faz desde a infância do mundo interpessoal, pode assentar na ideia de dominação,

nomeadamente através do poder físico ou mesmo a possibilidade de interiorização da noção de que os conflitos são inevitáveis, entendendo-os como cultural e socialmente aceites (Marin & Russo, 1999, cit. *in* Sani, 2003).

Outros problemas ao nível cognitivo podem surgir, como por exemplo as distorções de memória e outros problemas ligados ao próprio desenvolvimento cognitivo, ao nível da linguagem, atenção e concentração (Sani, 2003).

2.2.2 – Efeitos indirectos

Antes mesmo do estudo dos efeitos directos derivados da exposição interparental, foram os efeitos indirectos que mereceram particular atenção (Sani, 2002). Sullivan *et al.* (2000, cit *in* Graham-Bermann & Hughes, 2003) em estudos realizados chegaram à conclusão que, a violência familiar não só tinha impacto directo na criança como também influenciava negativamente as práticas parentais.

Deste modo, é comum, dentro dos efeitos indirectos, incluírem-se actos de omissão por parte dos pais, de nível biológico e psicológico, que podem ter-se quebrado, fruto do clima de tensão e violência. Margolin (1998, cit. *in* Sani, 2003, p.72) refere-nos que “a violência ao afectar negativamente o modo de funcionamento familiar acaba por comprometer as funções de cuidar dos pais (...)”. Sani (2002) refere a este respeito que exemplos deste tipo de efeitos podem ser a possibilidade dos pais se tornarem mais inconsistentes, assim como a possibilidade de uma diminuição da responsividade perante as necessidades emocionais da criança, afectando a vinculação a estes e o relacionamento entre irmãos.

2.3 – Factores moderadores do impacto da violência interparental

Estudos psicológicos sobre a resiliência (Garmezy, 1983; Jenkins & Smith, 1991, cit. *in* Margolin, 1998), no sentido de provar que nem todas as crianças expostas à violência interparental apresentam reacções negativas e/ou apresentam os mesmos problemas de ajustamento, enumeram uma série de factores protectores, podendo estes agruparem-se em três categorias:

1. Suporte dentro do sistema familiar (ex. uma boa relação com um dos pais ou com os irmãos);
2. Suporte fora do sistema (ex. bom relacionamento com os colegas e/ou com a comunidade envolvente);
3. Atributos da criança (ex. elevado nível de inteligência e auto-estima).

DePaula *et al.* (1991) refere-nos com base em evidências empíricas que existem diferenças, ao nível do ajustamento da criança, entre a exposição a agressões físicas e verbais e a exposição apenas a agressões verbais. Salienta o autor que comparativamente, os primeiros apresentam comportamentos de exteriorização (ex. agressividade) em índices substancialmente mais elevados em relação aos segundos.

Por outro lado, e na perspectiva de Graham-Bermann e Hughes (2003), muitos são os factores que podem interferir no modo como a criança lida com a experiência de testemunhar a agressão interpaparental, sendo que, algumas dessas crianças poderão apresentar problemas de ajustamento. Esta vulnerabilidade resulta de vários factores, sendo importante considerar que a resposta da criança pode, em parte, resultar do seu temperamento, do seu desenvolvimento intelectual, ou outras qualidades intraindividuais que poderão ser moderadoras do grau de ajustamento da criança.

O`Keef (1998) refere a este respeito que, no campo de estudo da resiliência⁴, estudos efectuados com crianças identificaram potenciais factores protectores, como sendo: um temperamento fácil, auto-estima positiva, bom envolvimento escolar e uma boa relação com um dos pais (Garmezy, 1985; Rutter, 1987; Werner & Smith, 1982; Wyman *et al.* 1991; cit. in O`Keef, 1998). Não obstante, devemos também considerar alguns factores de vulnerabilidade, nomeadamente: estatuto socio-económico baixo, pertença a um grupo minoritário, família extensa, modelo educacional muito rígido e conflitos muito severos (Garmezy *et al.* 1984; Rutter & Quintan, 1977; Sameroff *et al.* 1987; cit in O`Keef, 1998).

⁴ Grotberg (1995, cit. in Amar *et al.*, 2003) define a resiliência como a capacidade Universal de fazer frente às adversidades, superá-las ou ser transformado por elas. De acordo com o mesmo, a resiliência faz parte de um processo evolutivo que se inicia com a infância.

A violência não ocorre isolada, ela é parte de uma multiplicidade de outros factores responsáveis por afectarem o desenvolvimento da criança (Graham-Bermann, 1998; Jouriles *et al.*, 2001; Wolak & Finkelhor, 1998; Wolfe *et al.*, 2003, cit. *in* Brancalhone, 2004). Deste modo devemos lançar um olhar mais atento sobre os factores que podem ajudar a clarificar a relação entre a violência interparental e o ajustamento da criança (Sani, 2002).

Assim optamos por uma lógica de sistematização onde podemos agrupar tais factores moderadores em três categorias: características individuais da criança; características situacionais da violência e por último características contextuais da violência (Sani, 2003).

2.3.1 – Características individuais

No que respeita às características individuais da criança, alguns autores (Grych, 1998; Eisikovits *et al.*, 1998; Kerig, 1998; Graham-Bermann & Hughes, 2003) referenciam o género e a idade como potenciais moderadores.

Diversos estudos nesta área referem que os rapazes manifestam mais frequentemente sintomas de exteriorização (ex. agressividade) enquanto que as raparigas apresentam sintomas de interiorização (ex. ansiedade e depressão) (Kerig, 1998, cit. *in* Graham-Bermann & Hughes, 2003; Cummings, Pepler & Moore, 1999).

Um factor muito importante que devemos introduzir a este nível prende-se com a questão da percepção da culpa, que parece estar mais ligada a problemas de ajustamento nas raparigas (Sani, 2002). Por outro lado a percepção da ameaça assume particular interesse ao nível do ajustamento das crianças, especialmente nos rapazes (Grych, *et al.*, 2000, cit. *in* Sani, 2003).

Margolin (1998) salienta que, de facto, a exposição à violência interparental parece ter significados psicológicos distintos em função do género e em função dos níveis de desenvolvimento. No entanto, outros estudos sugerem que não “existem dados consistentes no que respeita à relação entre género e efeitos da violência na criança” (Holden, 1998, cit. *in* Sani 2002, p.47).

Por outro lado, Grych (1998) considera que o género deve ser considerado como uma variável contextual, isto devido à socialização diferencial que existe entre rapazes e raparigas, ou seja, experiências diferentes pode afectar o modo como as crianças percebem ou respondem ao conflito parental, que por sua vez depende do contexto onde decorre esta socialização.

Em relação à idade, consideram alguns autores que desde os 6 meses de idade até bem tarde da fase da adolescência que as crianças respondem aos conflitos entre os pais (Shred *et al.*, cit. in Davies & Cummings, 1994). Consequentemente, algumas reacções específicas mudam consoante a idade, principalmente entre a infância e a adolescência (Cummings, 1987; Cummings *et al.*, 1984, cit. in Davies & Cummings, 1994). É errado pensar-se que crianças muito novas não sofrem qualquer impacto quando expostos à violência parental porque não percebem ou não são capazes de atribuir significado ao conflito. “Estas podem não compreender o conteúdo das discussões, mas são sensíveis às emoções, pelo que são também afectadas pelos conflitos” (Sani, 1999a, p. 253).

De facto, o desenvolvimento da criança tem uma influência importante na avaliação que esta faz do conflito interparental. A capacidade de compreensão das interacções sociais é influenciada pelo nível de desenvolvimento cognitivo. Crianças mais novas tendencialmente apresentam-se mais confusas e com muitas dúvidas em relação ao conflito parental (Grych, 1998).

Um outro factor mediador muito importante que surge referenciado na literatura prende-se com algumas características da própria criança, onde o temperamento da criança assume particular destaque. Crianças com temperamento difícil são menos sensíveis a eventos positivos e mais reactivas a acontecimentos negativos. Em extremo, o temperamento difícil da criança pode exacerbar negativamente o conflito parental e consequentemente um aumento da insegurança emocional assim como outros problemas (Davies & Cummings, 1994). Outros atributos da criança podem introduzir-se aqui, como a personalidade, a inteligência e o estilo cognitivo. No entanto os contributos de tais factores não são bem claros (Sani, 2003).

As próprias questões de percepção e interpretação da criança pode constituir um factor moderador do impacto da violência. As diferentes interpretações dos acontecimentos

violentos dependem da forma como cada um de nós percebe o mundo e a vida, contribuindo para tal fatores como a nossa experiência, cultura e sociedade a que pertencemos (Zulueta, 1996, cit. *in* Sani, 2003). Deste modo, “a exposição à violência altera a forma como a criança vê o mundo e pode mudar o valor que ela atribui à vida” (Groves & Zuckerman, 1997, cit. *in* Sani, 2003, p. 43).

Apenas uma pequena nota breve no que respeita a alguns aspectos de natureza étnica, cultural e religiosa. Alguns estudos referem que as crianças de raça branca reagem de forma diferente por comparação com outras raças. No entanto, os resultados não são muito conclusivos (Sani, 2003). Questões como a herança cultural e religiosa, assim como determinados valores entre diferentes sociedades relativas à violência interparental podem traduzir diferentes formas de ajustamento da criança. No entanto não existem muitos estudos que sejam elucidativos (Sani, 2003).

2.3.2 – Características situacionais

No que se refere às características situacionais, é comum inserirem-se aqui fatores como a experiência passada, o suporte social e características dos pais.

Margolin (2004) refere-nos que é possível existir uma associação entre o ajustamento da criança, o início e a duração da exposição à violência interparental. De facto, as crianças que tenham estado expostas a anteriores formas de conflitos tendem a exibir um stress maior quando enfrentam novas situações de conflito (Cummings *et al.*, 1999, cit. *in* Margolin, 2004). A este respeito, estudos demonstram que quanto maior for o período de tempo passado entre a exposição a eventos violentos, menores serão os efeitos na criança (Sani, 2003).

As práticas parentais assim como a saúde mental da mãe têm sido identificados como potenciais fatores de risco para as crianças expostas à violência interparental (Levendosky & Graham-Bermann, 2001, cit. *in* Graham-Bermann & Hughes, 2003). Outros estudos afirmam que um aumento exacerbado dos níveis de stress, motivado por dificuldades económicas e o consumo de substâncias de forma abusiva pode aumentar o risco de adopção de condutas violentas (Margolin & Gordis, 2003).

Uma outra variável que devemos introduzir, que não tem necessariamente que ser da exclusiva responsabilidade dos pais, prende-se com a não existência de uma comunicação positiva (Sani, 1999). Davies e Cummings (1994) referem que um bom relacionamento de suporte e atenção por parte da mãe, pode ajudar na diminuição de ameaça e de perigo por parte da criança.

Por último, identificado como uma variável não familiar, o suporte social tem vindo a ser identificado como tendo uma função de extrema importância. Da mesma forma, Sani (2003, p. 49) refere-nos que

“o suporte social, sobretudo o suporte dentro da família, pode ter um papel muito importante ao nível da prevenção e da remediação dos efeitos negativos da exposição da criança à violência”.

2.3.3 – Características contextuais

O contexto de ocorrência dos conflitos interparentais é, regra geral, o lar. Espaço normalmente associado à segurança e protecção pela criança, que se transforma num ambiente confuso, assustador e pouco seguro (Margolin & Jonh, 1997, cit. *in* Sani, 2003)

Rogers e Holmbeck (1997) num estudo realizado, concluíram que duas variáveis contextuais que devemos ter em conta prendem-se com a questão da frequência e intensidade dos conflitos. Sugerem os resultados que, uma elevada intensidade e frequência dos conflitos estavam associados a uma elevada incidência de condutas externalizantes ao nível do comportamento e estados depressivos das crianças.

Sani (2002) a este respeito refere que, de facto, a frequência é uma variável significativa que devemos considerar. Acrescenta a autora que conflitos interparentais frequentes podem aumentar a tristeza, insegurança, angústia, aumento do stresse e agressividade na criança. No entanto, referem-nos Davies e Cummings (1994) que os efeitos atribuídos à frequência, podem reflectir, em parte, associações entre a intensidade ou o grau de destruição.

Em relação à intensidade, estudos empíricos demonstram que as crianças reagem a conflitos de elevada intensidade, com sentimentos de raiva, tristeza, preocupação, vergonha e desamparo (Grych & Fincham, cit. *in* Cummings & Davies, 1994). De facto, discussões intensas parecem estar associadas a reacções de maior stresse emocional por comparação com conflitos de menor intensidade (Grych, 1998).

O modo de expressão ou o tipo de conflito é outro potencial moderador que devemos ter em consideração, uma vez que, diferentes conflitos podem ter impactos distintos (Sani, 2002). Fantuzzo (1991, cit. *in* Davies & Cummings). Por exemplo, o testemunho de violência física tem efeitos mais nefastos na criança por comparação com a exposição a agressões verbais. Por outro lado as crianças atribuem maior gravidade à agressão física que à agressão verbal ou não verbal (Cummings & Davies, 1994; Zeanah & Scheeringa, 1997; cit. *in* Sani, 2002).

Importa salientar aqui um dado ainda não discutido que se prende com as agressões não verbais. De facto, esta forma de violência, traduzida por expressões como olhar com desprezo ou deixar de falar com alguém, é uma agressão mais subtil que a física e mesmo a agressão verbal. Contudo, não quer dizer que não produza qualquer tipo de impacto nas crianças (Sani, 1999).

Outros autores referem que os conflitos não verbais não se encontram relacionados com problemas de ajustamento da criança (Jenkins & Smith, 1991, cit. *in* Davies & Cummings, 1994). No entanto, evidências experimentais indicam que as crianças respondem negativamente aos conflitos não verbais entre adultos, com efeitos comparáveis aos produzidos pelos conflitos verbais (Cummings, *et al.*, 1991; Cummings *et al.*, 1989, cit. *in* Davies & Cummings, 1994).

Uma outra variável que devemos introduzir prende-se com o próprio conteúdo do conflito. Os conflitos conjugais cujas desavenças tenham origem em aspectos relacionados com a criança (ex. educação, resultados escolares) produzem nesta particular stress emocional (Cummings & Davies, 1994, cit. *in* Sani, 2003). Outras questões podem ser levantadas relativamente a sentimentos de culpa e responsabilização pela ocorrência dos conflitos, com impactos negativos na criança (Sani, 1999a).

Por último, a forma como o conflito termina tem influência nas reacções da criança. De facto, a resolução do conflito pode ter uma série de implicações positivas na perspectiva da criança (ex. redução da violência familiar, maior disponibilidade emocional dos pais, impossibilidade das coisas se agravarem) (Davies & Cummings, 1994). Acrescenta Sani (2002) que as crianças parecem beneficiar com o *terminus* do conflito. Aliás salienta a autora que a explicação ou a própria observação da resolução do conflito pode ser muito benéfico para a criança. No entanto, “é importante que essa resolução pareça genuína e não tenha havido histórias de conflitos anteriores que possam vir a comprometer a aparente sinceridade daquelas decisões” (Sani, 2002, p. 49).

Conclusão

Os conflitos e as discussões fazem, certamente, parte de uma vida normal. Por vezes, é importante que ocorram conflitos na família e entre casais principalmente se coisas importantes estiverem em jogo. Além do mais, a exposição a conflitos construtivos entre os pais pode ser benéfico para a criança no sentido de a ensinar como lidar ou gerir os inevitáveis conflitos⁵ (Cummings & Davies, 1994).

No entanto, formas destrutivas de conflitos podem ter repercussões nefastas no desenvolvimento da criança a todos os níveis. Como vimos, a criança não precisa de presenciar o conflito para sair profundamente afectada. Daí que seja crucial uma maior atenção por parte das redes informais (ex. vizinhos), das entidades com responsabilidade em matéria de infância e juventude (ex. escolas) e da sociedade em geral, no sentido de uma identificação/sinalização/intervenção precoce das situações de violência. Por um lado prevenindo novas situações de risco e, por outro, no sentido de minimizar as consequências para as crianças expostas à violência interparental.

⁵ Para aprofundamento nesta temática, gestão construtiva de conflitos, *vide* Cunha (2001).

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

Introdução

A violência entre casais assume nos nossos dias particular destaque, não só pelo surgimento de novas e mais situações de denúncia, fruto em parte de uma maior informação e campanhas de prevenção/sensibilização, como também do surgimento (embora ainda escasso) de novos estudos sobre esta matéria.

Consequência desta maior visibilidade do fenómeno surge-nos o aumento significativo de sinalizações de múltiplas situações de risco às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). Foi precisamente da constatação deste avolumar de sinalizações e do trabalho desenvolvido numa CPCJ que surgiu o interesse em melhor conhecer esta realidade. Assim, este trabalho reveste uma vertente muito prática, visto que, pretende dar voz aos implicados, e partindo das suas verdadeiras necessidades elaborar novas estratégias e planos de intervenção/acção que vão de encontro à superação das mesmas.

3.1 – Objectivos de estudo

O presente estudo tem como objectivos gerais conhecer as percepções e representações das crianças sobre a violência interparental, assim como qual a influência da violência interparental na vida destas. Da mesma forma, procuramos dar resposta aos seguintes objectivos específicos:

- Identificar necessidades de ajuda durante e após o conflito;
- Identificar as razões para a (não) denúncia da situação de vitimização;
- Identificar as razões para o não abandono do lar e manutenção da relação;
- Perceber qual o papel da CPCJ com a sua intervenção.

3.2 - Metodologia

Partindo do princípio que a escolha da metodologia deve ter em consideração não só o carácter da investigação e o seu objecto, mas também o investigador e a sua perspectiva quanto à realidade, a nossa escolha só poderia recair pela metodologia qualitativa. O presente estudo, designado de estudo de caso, pretende fazer uma análise aprofundada da experiência de vida de duas crianças/jovens expostas durante anos a situações de violência entre os pais. De acordo com Sani, Gonçalves e Keating (2000, p. 7), referindo-se especificamente a este tipo de estudos, “ao optarmos por uma metodologia qualitativa estamos a optar por fazer descobertas (sobre as experiências de crianças vitimadas, perceber os seus comportamentos, emoções e sentimentos, etc.). Pretende-se então com este tipo de metodologia “permitir a emergência de múltiplas leituras da mesma realidade” (Streubert & Carpenter, 1999).

3.3 – Método

3.3.1 - Participantes

Diversos estudos na área dos efeitos da violência doméstica têm vindo a ser alvo de crítica pelo facto de obterem informações apenas de uma só pessoa, quer relativamente à história de violência familiar quer sobre os efeitos nas crianças (Sternberg, Lamb & Dawud-Noursi, 1998). Os relatos de outras pessoas relativamente à experimentação da criança podem ser deturpados ou estes podem simplesmente desconhecer a totalidade da experimentação por parte da criança (Sani, 2003).

Da mesma forma, Osofsky (1998) salienta que este tipo de estudos sofre muitas vezes uma série de críticas do ponto de vista metodológico, entre as quais, a pouca concordância verificada entre mãe, pai e criança quanto ao impacto dos conflitos nesta última. Por outro lado, os estudos a partir dos relatos em segunda pessoa, no caso as mães vítimas de violência, têm vindo a serem alvo de críticas. Isto devido à possibilidade de os pais subestimarem o impacto na criança, de uma possível negação ou minimização do grau de exposição, ou pelo contrário sobrevalorizarem o impacto na criança, quando para esta até não foi nada dramático, pois trataram-se de discussões que se resolveram de forma célere e calma (Grych, Seid & Fincham, 1992 cit. *in* Sani, 2003).

Acrescente-se ainda o facto de muitos destes estudos serem realizados com mulheres acolhidas em abrigos, e portanto não serem representativas das que são agredidas e não saem de casa, como pretende retratar o presente estudo. Para Fantuzzo, Mohr e Noone (2000 cit. *in* Sani, 2003) as casas de abrigo são a ponta do iceberg.

Deste modo, a selecção dos participantes que melhor se enquadravam no que pretendíamos estudar não obedeceu a uma lógica linear, recorreremos antes ao que vulgarmente se designa de amostra por conveniência (Hill, Magalhães & Hill, 2002). Desde logo, partimos de um pressuposto fundamental, que as crianças/jovens expostas a situações de violência entre os pais/cuidadores tivessem vindo a ser acompanhados durante um período que lhes permitisse estabelecer relações entre a sua situação actual e a intervenção da CPCJ. Por outro lado, e constituindo quase a totalidade das situações existentes na CPCJ, interessava-nos particularmente as famílias onde os pais/cuidadores continuam a relacionar-se marital ou conjugalmente.

Tínhamos como grande objectivo aceder às perspectivas e representações das crianças/jovens mediante os seus próprios relatos, ou seja, “perceber através do seu próprio discurso, as significações construídas na sequência de experiências concretas de vitimização directa ou indirecta” (Sani, 1999b, p.364).

O estudo debruça-se então sobre a análise aprofundada da experiência de vida de dois irmãos de 12 e 16 anos (nomes fictícios – Maria e Pedro respectivamente). Estas crianças têm vindo a ser acompanhadas na CPCJ há cerca de 6 meses (cf. anexo 3 - consentimento da CPCJ para realização do estudo). Tiveram as suas vidas marcadas por episódios de violência entre os pais, aos quais estavam sistematicamente expostas. Pretendemos então dar voz aos que, enquanto actores das suas próprias realidades, são os melhores descritores das suas experiências.

Kuo, Mohler, Raudenbush e Earls (cit. *in* Sani, 2004a) referem-nos que ter diferentes fontes de informação ajuda a aumentar a fidelidade e validade deste tipo de estudos. Deste modo, servindo-nos desta perspectiva optámos também pela realização de uma entrevista com a mãe das crianças/jovens, servindo esta como meio na comparação de representações.

3.3.2 – Instrumentos

Para a realização do presente estudo a nossa escolha só podia recair pelo método descrito por Have (2004) como sendo o modo mais comum de se fazer investigação social qualitativa – a entrevista. Esta surge referenciada na literatura como sendo especialmente adequada quando os objectivos da investigação pretendem, tal como o nosso, aferir

“a análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: os sistemas de valores, as suas referências normativas, a suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.”. (Quivy e Campenhoudt, 1995, p. 193).

Da mesma forma, consideramos a utilização da entrevista de tipo semi-estruturado como sendo a mais adequada. Sendo também designada de semidirectiva ou semidirigida pelo facto de não ser totalmente aberta ou ainda pelo facto de não ser orientada por um grande número de perguntas precisas. Deste modo, o investigador mune-se de uma série de perguntas-guia que orientam as áreas de informação a receber por parte do investigado (Quivy & Campenhout, 1995). Por outro lado, acrescentam Sani, Gonçalves e Keating (2000, p. 8) que nesta forma de entrevista

“há um espaço para o desenvolvimento de uma relação de confiança com a criança e as questões surgem numa sequência livre de ser alterada, o que é importante dada a necessidade de adaptarmos a entrevista ao nível de compreensão e articulação desta”.

Para orientação da entrevista foi construído um guião semi-estruturado (cf. anexo 1), adaptado a partir do proposto por Sani (2003). Assim, durante a realização da entrevista procurava-se recolher quer as percepções da criança, quer da mãe em três momentos distintos: (1) viver com a violência (com ambos os pais/cuidadores); (2) viver em transição (numa fase em que consideramos posterior à denúncia nas autoridades policiais); (3) após a intervenção da CPCJ.

3.3.3 – Procedimentos

A família sobre a qual se debruça o nosso estudo faz parte de uma das famílias acompanhadas pela CPCJ onde o nosso estudo foi realizado. Os critérios de selecção prenderam-se desde logo com a preocupação de incluirmos os dois géneros na amostra. Isto devido ao facto da bibliografia apontar para a existência de uma diferença entre géneros relativamente à forma como percebem e respondem aos conflitos entre os pais (Grych, 1998). Por outro lado, tivemos uma preocupação relativamente à idade, ou seja, procurar um limite de idade que permitisse um bom entendimento e verbalização por parte das crianças/jovens, que estabelecemos entre os 12-18 anos de idade.

As entrevistas foram realizadas durante a primeira semana de Janeiro num local previamente estipulado de acordo com a vontade do entrevistado. As entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos sujeitos (cf. anexo 4). Foram também explicados todos os objectivos e finalidades do estudo (Gil, 1989) assim como qual a sua importância e pertinência. Posteriormente procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, isto é, foram também incluídas as questões do entrevistador, que nos permite, na perspectiva de Lindlof (1995 cit. *in* Sani, Gonçalves & Keating, 2000), reflectir sobre os modos como as mesmas foram conduzidas.

Posteriormente recorreremos à análise de conteúdo das entrevistas utilizando para tal matrizes relativas às unidades de análise do guião de entrevista. Para Vala (2003, p.101) a análise de conteúdo “é hoje umas das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais”. Por outro lado, a opção pelo uso das matrizes constitui uma forma fundamental de análise de dados qualitativos uma vez que permite uma redução substancial dos dados, facilitando deste modo a sua análise (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1990). As matrizes de análise de conteúdo (cf. anexo 2) são compostas por unidades de registo e unidades de contexto (Vala, 2003). No primeiro caso, estas podem dividir-se em formais (podendo colocar-se uma palavra, uma frase, uma expressão do entrevistado) e semânticas (que corresponde ao que o analista depreende do discurso do sujeito). As unidades de contexto funcionam de suporte às escolhas do analista para as unidades de registo que este escolheu (*idem*).

3.4 – Apresentação dos resultados

1.º Momento – Viver com violência

▪ Percepção da violência

Ambas as crianças/jovens fazem descrições muito vagas dos episódios de violência vividos por estas, não particularizando nenhum episódio a que estiveram expostas durante vários anos no seu contexto familiar. Durante a entrevista, e especificamente nesta parte em que se apelava para a recordação dos episódios de violência, denota-se uma extrema dificuldade por parte das crianças/jovens ao nível da verbalização dos acontecimentos. Referem-se sobretudo a questões emocionais, que se prendem com o que sentiam durante os momentos de violência e da descrição da envolvente dos conflitos.

Maria – “(...) sei lá, berros, toda a gente a chorar (...) tanta coisa, o normal, o meu pai batia na minha mãe (...) lembro-me de ele ameaçar o meu irmão de morte, que o matava e que isto e aquilo”.

Pedro – “(...) era uma chatice lá em casa. Todos se chateavam, era porque alguma coisa estava mal”.

Durante o discurso destas crianças/jovens estava bem patente um sentimento de culpa e/ou responsabilização pelo que sucedia, por um lado por estes estarem na origem dos conflitos, e por outro por não conseguirem com que os conflitos parassem.

Maria – “Acho que de tentar impedir (...) e acho que às vezes também os meus pais discutiam por causa de mim e do meu irmão”.

Pedro – “Algumas coisas sim, podiam chatear-se por minha causa”.

Ao mesmo tempo, revelam uma total falta de segurança e de controlo perante as situações conflituais que por vezes resultavam por um lado em atitudes de passividade, e por outro em interferências desesperadas no sentido de terminar o conflito.

Maria – (e que fazias nestas situações – de conflito?) “Nada, fugia para o meu quarto e só voltava quando parassem, tinha medo”. “ (...) Sentia-me triste, com medo, assustada, porque não conseguia fazer nada (...) só queria que parassem (...)”.

Pedro – “Às vezes metia-me no meio, para que parassem (...)”.

Um facto muito importante prende-se com as representações sobre a violência que as crianças/jovens adquiriram. Por um lado, os resultados apontam para um sentido generalizador do fenómeno, na atribuição da violência como sendo normal entre casais, e por outro pela possibilidade de crescer mentalmente durante as situações de conflito, no sentido de aprender a lidar com as situações (“Empowerment”).

Pedro – (e achavas-te capaz de fazer alguma coisa?) “Agora para o fim acho (...) antes era mais novo, agora tenho mais maturidade”. “(...) e com quem ando e isso, por exemplo vou a casa de algum colega e acho que também é assim em casa deles”.

Contrariamente à mãe, estes não fazem uma associação directa entre o consumo excessivo de álcool por parte do pai e os episódios de violência. Salientam apenas o agravamento da situação quando estando presente o álcool.

Maria – “Eu e o meu irmão não podíamos fazer nada que ele pegava por tudo e por nada. Quando estava bêbedo era pior (...)”.

As descrições de violência da progenitora são muito mais pormenorizadas, referindo-se a episódios claros de violência física extrema e psicológica de que foi vítima e nos quais estavam presentes os seus filhos.

Mãe – “Eu acho que se recordam de tudo (...) por exemplo quando o meu marido me atirou com uma faca e abriu-me o dedo, a Maria. não estava, quem estava era o Pedro. Ele queria pegar por qualquer coisa, ele ou vinha chateado, não sei. O Pedro tinha estado a comer uma sandes de fiambre e ele implicou que tinha pouco fiambre (...) e ao tempo que eu disse aquilo ele tinha a faca de serra na mão e atirou-me com ela, e ao tempo que atirou acertou-me no dedo, calhou, eu estava aninhada, porque se me tivesse acertado noutra lado eu sei lá (...)”.

Refere que foram muitos anos de violência e que tudo o que fez foi para proteger os seus filhos, porque pensava que o que fazia seria o melhor para estes. Desvaloriza, em

parte, os actos de que foi vítima. A violência era de tal ordem que a progenitora chegou a equacionar a possibilidade de por termo à sua vida, só não o fez por causa dos filhos.

Mãe – “A gravidade para mim é os meus filhos assistirem a ela. Porque enquanto os meus filhos não andaram a assistir a isto constantemente, eu fui deixando-me levar (...). Olhe que eu já pensei muitas vezes em dar cabo da minha vida e o que me faz não o fazer são os meus filhos, eu cheguei a escrever uma carta para cada um deles”

Salienta também ela a possibilidade dos seus filhos se sentirem responsáveis pelo que acontecia, assim como a incapacidade destes em gerirem a situação.

Mãe – (Acha que de alguma forma os seus filhos se sentiam responsáveis pelo que acontecia?) “(...) o Pedro talvez, porque muitas das discussões eram por causa do Pedro (...). Eu acho que não. Eu acho é que eles se sentiam impotentes por quererem fazer e não conseguirem (...). Olhe, o Pedro chegou a ir chamar gente para me vir defender. A Maria coitadinha só chorava, aos gritos. Eu acho que não. Eu acho é que eles se sentiam impotentes por quererem fazer e não conseguirem (...)”.

▪ **Percepção das necessidades de ajuda**

No que respeita às necessidades de ajuda, as crianças/jovens referem-se à segurança como a principal preocupação. Revelam também uma extrema preocupação com a segurança da mãe. Salientam também necessidade de outro tipo de apoio, não conseguindo no entanto precisar a que nível. A violência ocorria sempre no espaço doméstico e muitas vezes sem razão aparente.

Pedro – “Sei lá (...) alguém que nos ajudasse, principalmente a minha mãe e a minha irmã . Oh, sei lá (pausa), de apoio de (...)”.

Maria – “Eu e o meu irmão não podíamos fazer nada que ele pegava por tudo e por nada, quando estava bêbedo era pior. E depois a minha mãe para ele não nos bater metia-se no meio e ele pegava com ela”.

Fazem referência a alguém mais velho, alguém exterior que pusesse termo ao que se estava a passar. Esta situação fazia com que algumas vezes recorressem ao apoio externo, nomeadamente aos vizinhos.

Maria – “(...) de alguém mais velho para tentar impedir aquilo, alguém que conseguisse separá-los, alguém que nos ajudasse”.

Mãe – “Olhe, o C. chegou a ir chamar gente para me vir defender”

Ambas as crianças/jovens reconhecem que a mãe não conseguia ir de encontro às suas necessidades. Salientam aliás que esta é que precisava, também ela, de ajuda.

Maria – (E pensas que a tua mãe era capaz de ajudar-te nessas alturas?) “Não, precisava era alguém que a ajudasse também”.

Pedro – (E pensas que a tua mãe era capaz de fazer frente às vossas necessidades nessas alturas?) “Acho que não, por isso é que a minha irmã anda na psicóloga”.

As percepções das crianças/jovens e da mãe em relação às necessidades de ajuda são muito semelhantes. A progenitora reconhece a necessidade dos seus filhos se sentirem seguros e a sua incapacidade em responder às estas necessidades.

Mãe – “Sentiam necessidade de fugir daqui para fora. Sabiam que isto ia dar pancada de certeza (...) e de se refugiarem para não assistirem a isto (...)”.

Mãe – (E acha que conseguia ir de encontro às necessidades que eles tinham?) “A isto não. Também não sabia o que fazer. Pronto, depois das discussões eu vinha para a beira deles, e eles vinham para a minha beira, chorávamos os três e isto e aquilo, e aquilo passava-se”.

▪ **Efeitos da violência**

No que toca aos efeitos negativos da violência familiar, as crianças jovens reconhecem que, de facto, o seu equilíbrio emocional foi afectado manifestando-se mediante sentimentos de revolta, tristeza, medo em estar em casa e medo de deixar a mãe sozinha. Manifestam mais uma vez a sua necessidade de pôr termo ao conflito, desta vez mediante intervenções directas.

Pedro – (E como é que te sentias quando os teus pais discutiam?) – (...) chateado, revoltado. Sentia-me triste, porque era sempre a mesma coisa (...)”.

Maria – “Com medo, tipo, não queria estar lá, fugia para o meu quarto e fechava a porta, às vezes (...) não queria que nada daquilo acontecesse. Outras vezes punha-me no meio. Tinha medo de ficar sozinha, não sei, não conseguia fazer nada, tinha medo de estar em casa, de deixar a minha mãe sozinha (...)”

De facto, parece que os efeitos mais nefastos foram sentidos ao nível cognitivo. No caso da Maria, esta salienta que as principais alterações se fizeram sentir ao nível do seu desempenho escolar, por seu turno o seu irmão reconhece esta influência na irmã mas refere que no seu caso não sentiu qualquer alteração a este nível.

Maria – “E na escola também, as minhas notas pioraram e tive que ir para a explicadora”.

Pedro – “ (...) a minha irmã acho que não, acho que foi, teve problemas na escola, tinha más notas”.

Um ponto muito importante prende-se com as próprias representações das crianças sobre a violência. Por um lado estas crianças desenvolvem ideias quanto à generalização da violência nas relações sociais, por outro percebem o uso da violência como uma estratégia ilegítima de resolução de conflitos.

Pedro – “Sim, e com quem ando e isso, por exemplo vou a casa de algum colega e acho que também é assim em casa deles.” (O que pensas sobre a violência?) “Acho que é mau isso, não é com a violência que as pessoas se entendem”.

A mãe por seu turno responde em consonância com os efeitos levantados pelos seus filhos. Efeitos estes de nível cognitivo, comportamental, relacional mas também fisiológico. Refere-se ainda às questões da idade, da intensidade, severidade e tempo de exposição ao conflito. Salienta sobretudo as dificuldades sentidas pela Maria, filha mais nova, que responde de uma forma mais externalizante que o Pedro.

Mãe – “ Mas ela veio, e quando soube, porque eu tive que andar a fazer curativos e tudo, ela a partir daí bloqueou totalmente. (...) nunca mais conseguiu dormir em casa de ninguém, agora já vai, mas teve que ter acompanhamento psicológico, nunca mais foi dormir a casa de ninguém (...) o C. nem tanto, ele parece que percebia o que acontecia, é muito maturo, nunca foi muito falador, é muito reservado e assim (...) Olhe, a D. teve que ir à psicóloga, e ainda anda, que mal conseguia falar (...) piorou muito na escola, teve que ter explicadora e a professora diz que é muito caladinha, que nem fala, até perguntou se ela tem medo ou assim (...) chegou ao carro

começou a dizer que estava sentir mal, começou a ficar com febre alta, já a tive que trazer ao colo que ela já não conseguia sair a andar, e eu cheguei a casa dei-lhe um brufen, deitei-me à beira dela e passado um bocado não era nada (...)

Salienta o facto de quanto maior a idade, maior a capacidade das crianças/jovens se intrometerem nos conflitos. Ao mesmo tempo, esta poderá ser uma causa da violência se dirigir também ela aos filhos.

Mãe – “Qualquer coisa e mete-se, e eu acho que o pai começou a ter mais conflito com ele desde que ele se começou a meter”.

2.º Momento – Viver em transição

▪ Percepções sobre a denúncia

No que diz respeito à denúncia da situação, ambas as crianças/jovens consideram que a mãe tomou a decisão de denunciar a situação quando a violência se estendeu a estes, nomeadamente ao filho mais velho. Da mesma forma, salientam que eventualmente terá sido uma decisão muito ponderada, no entanto não conseguem perspectivar outras implicações que não as directamente relacionadas com estes, nomeadamente com o seu bem-estar.

Maria – “Porque não foi à minha mãe que ele quis bater, foi mais ao meu irmão. Acho que se fosse nela era diferente, mas como foi mais para o meu irmão mudou tudo de situação. Acho que pensou em mim e no meu irmão. E também acho que pensou um bocado nela (...)

Pedro – (Em que é que achas que a tua mãe pensou quando resolveu denunciar a situação?)“(...) por o meu pai estar sempre a implicar comigo (...).Acho que pensou em mim e também na minha irmã e nela acho eu”.

De facto, parece que a razão principal que motiva a denúncia da situação de violência prende-se com o estender desta aos filhos.

Mãe – (Quando é que resolveu denunciar a situação?) “Quando ele se virou ao meu C. Porque é assim, enquanto era eu só a levar, nunca foi relacionado mesmo só com o C. (...).(…) depois é assim, depois ameaçou o C. de morte, que nem que fosse quando este tivesse a dormir que o

matava. (...) andei umas noites sem dormir. (...) mal o ouvia meter as chaves à porta ficava de sentinela com medo que ele viesse coisa e com aquela cisma me desse cabo do rapaz”.

Um factor que parece também ele decisivo para a denúncia da situação prende-se com o facto da progenitora se consciencializar que esta é capaz de se tornar autónoma do ponto de vista económico (“Empowerment”).

Mãe – “Porque enquanto ele não ficou sem ganhar eu ainda me ia acobardando, porque eu nunca fui capaz de ver que tinha mais capacidades que ele (...) só quando falhou o barco é que eu vi que afinal de contas quem governava era eu e não o ordenado dele (...) foi preciso haver um choque para eu ver que eu é que sou capaz”.

Pelo contrário, são apontadas algumas razões que explicam o medo da denúncia da situação conflitual (não perspectivadas pelos filhos), como sendo: o medo pela censura social; o medo pela conquista da autonomia e de perda dos filhos; o próprio embaraço de toda a situação nomeadamente com o ter que “dar a cara” para denunciar a situação (aliás esta mãe denuncia a situação por telefone, só posteriormente o soldado da GNR a convence a dirigir-se ao posto de comando para fazer a denúncia por escrito); a crença em que a situação se alteraria e não querer desmembrar a família assim como o não querer envolver a sua família em problemas que considera pessoais.

Mãe – “(...) eu pensei assim: eu tenho que tomar uma atitude, vou saber, porque a minha ideia era denunciar pelo telefone, para não ser eu a dar a cara. (...) Pois, sabe isto é assim: isto é um meio pequenino, e toda a gente nos vê entrar aqui e ali não é (...) Porque é assim eu nunca quis meter a minha família nem nada, porque é assim: são problemas nosso (...)”.

3.º Momento – Após a intervenção

▪ Percepção sobre a intervenção

Com a denúncia da situação conflitual a tendência observada foi a da diminuição da frequência e intensidade dos conflitos, isto é, os conflitos tenderam a diminuir progressivamente mas não se extinguiram (permanecem sobretudo as ameaças). A determinada altura a situação agrava-se novamente. Com a intervenção de uma entidade com responsabilidade social, no caso uma CPCJ, a tendência observada, e partindo dos

dados obtidos pela análise do presente estudo vai, de facto, no sentido de extinção das situações conflituais.

Ambas as crianças/jovens salientam que houve como que uma mudança comportamental do ofensor e que tudo regressou à normalidade. Importa contudo questionar aqui, qual o conceito que estas crianças/jovens possuem de normalidade, dado que viveram praticamente toda a sua vida expostos a um ambiente familiar onde reinava a violência. No entanto, importa salientar aqui o papel da CPCJ na alteração da situação conflitual. Das principais alterações, salientam a diminuição da agressividade, o aumento da tolerância, de responsabilidade por parte do pai e aumento de diálogo no seio familiar.

Maria – “O meu pai ficou menos agressivo, está tudo normal, sem discussões, agora está tudo bem”.

Pedro – “O que mudou? Não houve assim mais chatices nenhuma. Mais tolerante, mais responsável, não bebe, não age logo, conversa, é responsável”.

Em relação à adequabilidade ou não da intervenção da CPCJ, as duas crianças/jovens referem terem tido todo o apoio necessário da mesma, e que não conseguem perspectivar qualquer outra necessidade.

Pedro – (E o que é que achas que a Comissão podia ter mais por ti e pela tua família?) “Acho que não, acho que está bom assim (...)”.

Maria – (E o que é que achas que podia ser melhor na intervenção da CPCJ?) “(...) acho que nada, acho que está bem assim (...) não me lembro de nada”.

As percepções da mãe relativamente às alterações vividas com a intervenção da CPCJ são muito semelhantes às das crianças/jovens, refere-se essencialmente à mudança de comportamento por parte do agressor (pai) e salienta a adequabilidade da intervenção.

Mãe – “(...) ele mudou o comportamento com os filhos, principalmente com o C., tolera muito mais os miúdos (...) eu acho que ele temeu alguém, que alguém lhe fez frente. Eu acho que vocês agiram bem, não me parece que pudessem ter feito mais do que fizeram”.

No entanto, não acredita que a situação perdure no tempo. Refira-se que esta faz uma associação directa entre a violência do marido e o consumo excessivo de álcool. À data, o marido encontrava-se a fazer tratamento de alcoologia, prioridade definida com o sujeito aquando da elaboração do plano de intervenção. Apesar de todas estas alterações, e em virtude dos longos anos de violência que esta viveu, alternados entre momentos de violência e momentos de paz, esta deixou de acreditar numa mudança sustentável.

Mãe – “(...) eu não acredito, sinceramente eu não acredito que dê resultado, mas pronto, o pouco tempo que resultar já é bom, o pouco tempo que ele conseguir deixar de beber e a gente conseguir falar para ele sem ele estar sempre aos berros nem nada, já valeu a pena”.

▪ **Percepção do abusador/pai**

Ambas as crianças/jovens demonstram muita dificuldade em descrever qual a representação que têm do pai. Contudo, as crianças descrevem o seu pai enquanto tal, e não na qualidade de abusador. Por outro lado, também não se referem a características específicas da sua personalidade, restringindo-se apenas aos seus conceitos de pai e ao que se entende socialmente como pai.

A irmã mais nova desvaloriza aliás os actos do progenitor, salientando que este não lhe teria feito nada, que nunca fora muito mau para esta. Por seu turno o irmão mais velho refere-se à figura do chefe de família, num acto desculpabilizante de que este pode fazer tudo enquanto tal.

Maria – “É o meu pai, ele para mim nunca foi muito mau, pai é pai”

Pedro – “É o meu pai, é o chefe de família, é quem manda”.

Por outro lado, ambas as crianças não conseguem imaginar o que representa para a sua mãe o agressor.

Maria – “Acho que agora pensa melhor dele, mas não sei se ela o vê como via antigamente, acho que isso ela é que sabe”.

Por seu turno, na descrição dos filhos sobre o ofensor, esta foca-se sobretudo no seu papel enquanto pai, salientando as dificuldades que estes passaram. Salienta que para os seus filhos este é visto como uma pessoa normal.

Mãe – “ Eu acho que para eles é uma pessoa normal. É complicado. Eu acho que para eles é o pai deles e é ele que os tem criado, ou bem ou mal, é assim que eles o vêem. “(...) apesar do C. dizer muitas vezes que queria ter um pai diferente, que queria um pai igual aos outros. O C. diz isso muitas vezes”. Acho que pelo menos o meu C. não tem por ele aquele carinho quem tem por mim”.

Quanto à representação do ofensor para a progenitora apresenta mais duas razões que podem ser consideradas como impeditivas da denúncia da situação conflitual. Por um lado fortes valores culturais e sociais associados ao casamento (“casamento é para sempre”) e por outro o medo de se envolver numa outra relação que seja pior que a anterior.

Mãe – “(...) para mim olha: ele é o pai dos meus filhos. Foi com quem eu casei e agora vou tentar aguentar o máximo que eu puder (...) e depois eu pensava: e se eu arranjar outro e ainda for pior que o pai dos meus filhos. Assim olhe vou aguentando por ele ser o pai dos meus filhos vou aguentando”.

▪ **Percepção das reacções cognitivas e emocionais**

Estas crianças/jovens reconhecem que os episódios de violência faziam emergir nestes sentimentos de revolta, de mágoa e stresse. No entanto não ficou claro se estes sentimentos eram atribuídos ao ofensor por praticar tais actos, ou se o próprio facto de não conseguirem lidar com a situação fazia emergir nestes tais reacções emocionais. De qualquer forma, ao longo dos seus discursos, e mediante a interpretação de determinadas expressões verbais e não verbais, fica a ideia de que estas apesar de atribuírem a totalidade de culpa pelo sucedido ao progenitor, não guardam qualquer tipo de sentimento negativo para com este.

A partir das narrativas pessoais de cada uma das crianças/jovens, tendo em conta o período em que viviam expostos a um ambiente familiar onde reinava a violência, e o actual período de vida (sem violência) foi possível identificar quais as percepções sobre as reacções ao nível emocional e cognitivo. Ficou claro que a alteração mais evidente se

verificou ao nível da segurança emocional e física. Sentem-se mais seguros, mais felizes, mais tranquilos, mais estáveis, com esperança que a situação se altere e perdure no tempo.

Pedro – (Consegues dizer-me em que é diferente a tua vida agora?) “Mais calma, não há chatices, não há nada, normalmente”. (E como é que te sentes agora?) “oh, sinto-me feliz, mais calmo, sem stresses (...)”

Maria – (O que é que mudou na tua vida depois dos conflitos terem parado?) “(...) agora tenho uma vida como a dos meus amigos”. (E como te sentes?) “Sinto-me bem, mais tranquila, mais sossegada, mais feliz, acho que as coisas estão a melhorar”

O próprio desempenho escolar da Maria alterou quando os conflitos pararam, o que constitui em parte um importante indicador do ajustamento psicológico da criança.

Maria – (E como estão as tuas notas na escola?) “Estão melhores, não tive nenhuma negativa. Mas sou pior comportada disse a minha directora”.

Em relação às representações de como se sente a mãe agora que os conflitos pararam, ambas as crianças/jovens referem sentimentos de bem-estar, felicidade e alegria.

Pedro – “Sente-se melhor, mais alegre, mais contente (...)”

Maria – “Também muito bem, acho que se sente bem, acho que se sente mais feliz”.

As percepções da progenitora em relação às reacções emocionais e cognitivas são muito aproximadas com as das crianças/jovens. Salienta sobretudo os sentimentos de segurança, de alegria e tranquilidade. Por outro lado, refere-se a alterações ao nível do comportamento, das condutas externalizantes.

Mãe – “Andam mais estáveis, não andam (...) por exemplo a D. já vem e sabe que se ele estiver a dormir e acordar, que não pega com ninguém e acho que anda mais tranquila (...). Eu penso que mais tranquilas, por uma estão esperanças que o tratamento dê resultado, por outro lado sentem-se mais alegres, nota-se quando eles chegam a casa ou assim, é completamente diferente (...)”.

Resumidamente, através das narrativas das situações conflituais, recolhidas mediante a utilização da técnica de entrevista, foi possível perceber qual o impacto da exposição à violência na vida destas crianças. Da mesma forma, conseguimos identificar as principais razões para a não denúncia da situação de violência e manutenção da relação. Por outro lado, permitiu-nos também perceber quais as principais alterações resultantes da intervenção da CPCJ. Por último, o próprio diagnóstico das percepções possibilitou-nos também retirar conclusões relativamente à evolução que aquela família estava a ter no seu projecto de mudança, assim como a análise e verificação de possíveis constrangimentos.

3.5 – Análise e discussão dos resultados

A exposição à violência parental pode ter, pela análise dos dados, consequências negativas a vários níveis na vida da criança. A este nível, tal como nos refere Sani (2002), as consequências mais nefastas parecem ser as de foro psicológico. Pela análise dos resultados verificamos que, de facto, foi a este nível que se sentiram os principais alterações.

Corroboramos a ideia de Eisikovits *et al.* (1998) quando nos refere que frequentemente estas crianças apresentam sentimentos de perda, medo, insegurança e falta de confiança. Da mesma forma parece-nos evidente ser muito provável que estas crianças/jovens apresentem muitas vezes sentimentos de culpa e responsabilização pelo sucedido (Alessi & Heran, 1984; Carlson, 1984; Cassady *et al.* 1987; Layzer *et al.* 1986; Martin, 1976; Westra & Martin, 1981; cit. *in* Eisikovits *et al.*, 1998).

Importa referir aqui a este respeito, que a atitude do entrevistador revestiu um carácter não só exploratório mas também interventivo, sempre no sentido desculpabilizador e compreensivo. Referimo-nos aqui ao que Erasmie e Lima (1989, cit. *in* Sani, 2004) designam por investigação-participativa, dado haver uma ligação estreita entre a investigação e a prática profissional enquanto Assistente Social.

Um outro efeito negativo da exposição à violência interparental prende-se com possibilidade de existência de um fraco desempenho escolar destas crianças/jovens

(Margolin & Gordis, 2000). No nosso estudo, esta foi uma das maiores repercussões sentidas pelos entrevistados.

Durante a realização das entrevistas foi possível observar algumas das reacções que de acordo com Sani (2002) são muito comuns nestas crianças/jovens, como sendo expressões faciais de tristeza, uma linguagem marcada pela frieza e movimentos corporais muito tensos. Estamos cientes contudo de todos os constrangimentos que se prendem com a própria realização da entrevista e da própria solicitação à criança/jovem de recordação de acontecimentos desagradáveis. No entanto, esta foi uma das nossas principais preocupações, ou seja, estabelecer uma relação de confiança que permitisse à criança/jovem sentir-se confortável durante a realização da entrevista.

Pela análise dos nossos resultados, e ainda no que se refere aos efeitos da violência interparental nas crianças, ficou uma ideia clara da atribuição de um significado positivo por parte das crianças, nomeadamente o filho mais velho, à prática de condutas violentas. Esta ideia prende-se com a conclusão a que chegou Kalmus (1984, cit. *in* Sani, 2004b) num estudo realizado, onde o autor conclui que a transmissão intergeracional da violência ocorre porque o significado que a criança atribui à violência é a de que esta é algo permitido, sendo uma boa forma de resolução dos conflitos. Esta noção está bem patente na atitude desculpabilizador que estas crianças/jovens atribuem ao agressor, assim como pela própria representação do seu conceito de pai. O pai é visto como o chefe de família, a quem tudo é permitido (Hernandez & Grãs, 2005).

Partilhamos também da ideia de diversos autores (Germezy, 1983; Jenkis e Smith, 1991; cit. *in* Margolin, 1998) quando estes referem que podem existir alguns factores, designados protectores, que podem determinar um maior ou menor impacto na criança/jovem. No nosso estudo devemos salientar sobretudo o índice de maturidade do irmão mais velho (característica individual da criança) que parece ser minimizador do impacto da violência. No entanto, não é bem claro a verdadeira influência deste factor protector.

Na análise do ajustamento da criança aos conflitos entre os progenitores devemos salientar a necessidade que estas crianças têm de se sentirem seguras e de garantirem a segurança da mãe. Este sentimento de ameaça e de insegurança leva a que muitas vezes

estas intervenham directa (e.g. tentando separar os pais) ou indirectamente (e.g. vizinhos) no conflito.

No que diz respeito à decisão de denúncia da situação de violência, verificamos que o principal factor decisivo na denúncia da situação prende-se com o facto da violência se estender aos filhos. Da mesma forma, identificamos algumas das razões que fazem com que a vítima, no caso a mulher, não opte pela denúncia imediata da situação de violência. Desde logo, as questões ligadas à vergonha e censura social; medo de perder os filhos; medo de não conseguir uma autonomia financeira; não querer envolver a sua família num processo moroso e complicado e ainda um conjunto de valores e crenças de carácter social e cultural relativas ao casamento (e.g. casamento é para sempre).

Estas razões são também elas explicativas do porque da manutenção da relação. Parece evidente que esta mãe opta pela continuidade da relação pelo facto do agressor ser o pai dos filhos. Apesar de não acreditar que as coisas se vão alterar profundamente, prefere manter a relação em prol dos filhos não perderem o pai por um lado, e por outro pelo receio que ao abandonar se possa envolver numa outra relação que seja pior que aquela em que se vê envolvida.

Gostávamos também de fazer referência a alguns factores considerados desorganizativos da vida do casal, que podem na perspectiva de alguns autores constituir um maior risco para a ocorrência de violência entre casais (O'keefe, 1998; Stets e Henderson, 1991, cit. *in* Lewis & Fremouw, 2000).

Desde logo, o consumo excessivo de álcool, que surge frequentemente referenciado nas histórias de vida entre os casais, é apontado no nosso estudo pela progenitora como a principal causa dos conflitos entre o casal. Por sua vez, as crianças/jovens entrevistadas têm uma representação referente ao consumo excessivo de álcool por parte do pai algo diferente da progenitora. Entendem que o álcool não é a causa principal dos conflitos entre estes, mas funciona como um agravante dos mesmos. Desta forma, pode, como salientam alguns autores, existir uma tendência de centralização da vítima (no caso a mãe) no consumo exagerado de álcool para a origem dos problemas (Leonard, 1999; Wilson, 1997; cit. *in* Sani, 2003).

Por outro lado, os nossos resultados apontam para a existência de algumas dificuldades económicas associadas a uma má gestão financeira. Alguns autores consideram que, de facto, este factor possa ser considerado de risco para a ocorrência de violência entre o casal (Jewkes, 2002). No entanto, pela análise dos resultados não conseguimos estabelecer uma relação causa-efeito.

No que toca ao papel da CPCJ com a sua intervenção os resultados sugerem que esta tem um impacto muito positivo na vida dos envolvidos, assim como a adequabilidade às necessidades destes. Com a denúncia da situação de violência, os conflitos diminuem de intensidade mas não acabam. Permanecem sobretudo as ameaças e injúrias. Com a intervenção da CPCJ, os dados indicam que esta tem um papel determinante no término dos conflitos. As percepções quer da progenitora, quer das crianças/jovens envolvidas referem precisamente esta constatação. Salientam sobretudo substancial mudança comportamental por parte do progenitor, traduzida por uma maior responsabilização e tolerância.

Pela nossa experiência no acompanhamento de processos de crianças/jovens em risco na CPCJ onde foi elaborado o estudo, regra geral, o ofensor apesar de reconhecer a sua situação como sendo um problema, não consegue perspectivar quais as causas que concorrem para o mesmo.

A intervenção nestas situações, e sobretudo na fase diagnóstica, passa pela procura das causas, com o sujeito⁶, que concorrem para o seu problema. Por outro lado, procuramos perceber como funciona o seu sistema bio-psico-social e quais as interações que este estabelece com todo o sistema ou pessoas por um lado, e por outro perceber a interação das forças presentes, definindo dificuldades e potencialidades (Ranquet, 1996). Esta intervenção deve contudo, ter sempre em conta o bem-estar das crianças/jovens envolvidas, sendo esta a principal preocupação da mesma.

⁶ Noção de Participação.

Reflexões finais

A exposição à violência familiar de crianças/jovens é ainda hoje, e apesar dos recentes estudos sobre a temática, um fenómeno social pouco estudado. Pelas suas características é uma forma de violência que não deixa marcas visíveis por comparação com outras formas de violência (e.g. maus tratos físicos). No entanto, e tal como nos referem Davies e Cummings (1994) a exposição a conflitos interparentais constitui, por si só, um dos stressores mais negativos para as crianças, principalmente se estes envolverem agressões físicas, com efeitos directos e indirectos, a curto, a médio e a longo prazo (Margolin, 1998).

Por outro lado, a exposição à violência parental carece de uma certa visibilidade social e mesmo legal. A título de exemplo, quando dá entrada uma sinalização numa CPCJ por suspeitas de exposição de violência interparental, o processo não é instaurado por tal motivo, mas sim por violência doméstica. De facto, a sinalização que motivou a abertura do processo é uma participação de violência doméstica, no entanto, visto tratar-se de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens seria de bom-tom instaurar o processo em função do crime que o menor está supostamente a ser vítima, como sendo uma forma de negligência ou maus tratos psicológicos.

Da mesma forma, devemos salientar uma certa tolerância social que existe ainda perante estes comportamentos no seio familiar. Parece-nos que, felizmente, que as mais recentes campanhas de prevenção/sensibilização contra estas formas de violência têm alertado mais a comunidade envolvente e as próprias vítimas para a necessidade de denúncia destas situações de violência. No entanto, o que assistimos não raras vezes são comportamentos de conformismo e passividade em relação a esta forma de crime, numa atitude egoísta e irresponsável para com a situação, para com a sociedade.

Pensamos que a violência interparental continua ainda hoje a ser considerada como um problema social grave. Inseridos nestas famílias vivem ainda milhares de crianças/jovens, vítimas silenciosas, esquecidas, desconhecidas, da violência entre os pais. Devemos repensar mais e novas formas de intervenção social a este nível, mobilizando as pessoas, as famílias, a comunidade. Mais estudos na área da violência interparental e quais os seus efeitos nas crianças devem ser realizados, no sentido de

serem ajustados à própria intervenção, quer social quer terapêutica, com estas crianças/jovens.

Por último gostaríamos de deixar algumas limitações e sugestões para outros estudos na área. Inicialmente o nosso estudo estava idealizado para ser composto por uma amostragem maior. No entanto, e devido a constrangimentos que se prendem com a própria sensibilidade do tema (que levou à desistência de uma parte significativa da amostra inicial) e com as nossas limitações de tempo tal não veio a ser possível. Daí que tivéssemos optado pelo estudo de caso.

Por outro lado, os estudos qualitativos dependem muito da quantidade de informação que os nossos entrevistados nos dão. Estamos cientes que muitos são os factores que podem influenciar uma maior ou menor recolha de informação por parte do entrevistador. Um dos nossos principais cuidados na realização das entrevistas foi, de facto, tentar criar uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, fundamental neste tipo de estudos, de forma a facilitar um melhor desenrolar da entrevista assim como a otimizar os resultados da mesma. No entanto, os resultados obtidos com as entrevistas das crianças/jovens não foram os ideais. Certamente devido à fragilidade do tema, visto serem estes os principais implicados, e dada a sua dificuldade em relembrar o sucedido, é possível que tenhamos algumas falhas de informação. No entanto, defendemos a ideia de que enquanto actores das suas próprias realidades, estes são os melhores descritores das suas experiências.

Deste modo, outros trabalhos na área devem contemplar uma maior amostragem por forma a ser possível aceder a um maior leque de informação e consequentemente possibilitar um maior cruzamento de informação. Salientamos também a ideia que o acesso a outras fontes de informação (e.g. mãe) confere uma maior fiabilidade a este tipo de estudos. Por último, e porque é também um dos principais implicados inserir uma nova fonte de informação: o agressor.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2002). (Des)Equilíbrios Familiares. Coimbra, Quarteto.
- Amar, J. A., Kotliarenko, M. A. & Llanos, R. A. (2003). Factores Psicossociales Asociados Con La Resiliencia En Niños Colombianos Víctimas De Violencia Intrafamiliar. *Investigación y Desarrollo*, Julio, Vol. 11, número 1, pp. 162-197.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [Em Linha]. Disponível em: <http://www.apav.pt/estatisticas.html>. [Consultado em 30-10-2006].
- Baldry, A. C. (2003). Bullying in schools and exposure to domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, Jul2003, Vol.27 Issue 7, pp.7-13.
- Brancalhona, P. G., Fogo, J. C. & Williams, L. A. (2004). Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Académico. *Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 20 n.º 2, pp. 113-117.
- Cummings, J. G., Pepler, D. J. & Moore, T. E. (1999). Behavior Problems in Children Exposed to Wife Abuse: Gender Differences. *Journal of Family Violence*, Vol. 14, No. 2, pp. 133-156.
- Cummings, M. E., Goeke-Morey, M. C. & Papp, L. M. (2003). Children's Responses to Everyday Marital Conflict Tactics in the Home. *Child Development*, Vol. 74, No. 6, pp. 1918-1929.
- Cunha, P (2001). *Conflito e negociação*. Lisboa, Edições ASA.
- Davies, P.T. & Cummings, E. M. (1994). Marital Conflict and Child Adjustment: An emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, Vol. 116, No. 3, pp. 387-411.
- DePaula, L.M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G. & Sutton, S. (1991). Effects of Interparental violence on the Psychological Adjustment and Competencies of Young Children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol. 59, No. 2, pp. 258-265.

Eisikovits, Z., Winstok, Z. & Enosh, G. (1998). Childre`s Experience of Interparental Violence: A Heuristic Model. *Children and Youth Services Review*, Vol. 20, No. 6, pp. 547-568.

Emery, R. E. (1989). Family Violence. *American Psychological Association*, vol. 44, No, 2, pp. 321-328.

Ferguson, D. M. & Horwood, L. J. (1998) Exposure to Interparental Violence in Childhood and Psychosocial Adjustment in Young Adulthood. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 22, No. 5, pp. 339-357.

Fincham, F. D., Grych, J. H. & Osborne, L. N. (1994). Does Marital Conflict Cause Child Maladjustment? Directions and Challenges for Longitudinal Research. *Journal of Family Psychology*, Vol. 8, No. 2, pp. 128-140.

Gelles, R. (1999). Family Violence. In: Hampton, R. (Ed.). *Family Violence: Prevention and treatment* . 2.º Edition, London, SAGE Publications, pp. 1-33.

Gil, A. C. (1989). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Editora Atlas.

Gonçalves, R. A., Machado, C., Sani, A. I. & Matos, M. (1999). *Crimes: práticas e testemunhos*. Actas do Congresso Crimes Ibéricos. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Educação e Psicologia.

Gover, R. A. (2004). Risky lifestyles and dating violence: A theoretical test of violent victimization. *Journal of Criminal Justice*, No. 32, pp. 171-180

Graham-Bermann, S. A. & Hughes, H. M. (2003). Intervention for Children Exposed to Interparental Violence (IPV): Assessment of Needs and Research Priorities. *Clinical Child and Family Psychology Review*, Vol. 6, No. 3, September, pp. 189-204.

Grych, J. H. (1998) Children`s Appraisals of Interparental Conflict: Situational and Contextual Influences. *Journal of Family Psychology*, Vol. 12, No. 3, pp. 437-453.

Grych, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from child's perspective: the children's perceptions of interparental conflict scale. *Child Development*, N° 63, pp. 558-572.

Harned, M. S. (2002). *A Multivariate Analysis of Risk Markers for Dating Violence Victimization*. *Journal of interpersonal violence*, Vol. 17, No. 11, November, pp. 1179-1197.

Have, P. T. (2004). *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology*. London, Sage Publications, Ltd.

Hernandez, P. R. & Grãs, R. M. L. (2005). Víctimas de Violencia Familiar: Consecuencias Psicológicas en Hijos de Mujeres Maltratadas. *Anales de Psicología*, Junio, Vol. 21, número 1, pp. 11-17.

Hill, Magalhães, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa, Editora Sílabo.

Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: causes and prevention. *Lancet Revue*, 2002, vol. 359, n°9315, pp. 1423-1429.

Joest, K. S. (2003). *Multiple Contexts of Violence in the Lives of Adolescents females Who Have Been Expose to Domestic Violence*. Dissertation submitted to the Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University in partial fulfilment of the requirements for the degree of DOCTOR OF PHILOSOPHY in Human Development. Department of Human Development Virginia Polytechnic Institute and State University.

Kerig, P. K. (1998). Gender and Appraisals as Mediators of Adjustment in Children Exposed to Interparental Violence. *Journal of Family Violence*, Vol. 13, No. 4, pp. 345-363.

Kwong, J. M., Bartholomew, K., Henderson, Z. A. & Trinke, J. S. (2003). The Intergenerational Transmission of Relationship Violence. *Journal of Family Psychology*, Vol. 17, No. 3, pp. 288-301.

Lessard-Hébert, M., Goyette, M. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. 2.^a Edição. Lisboa, Instituto Piaget.

Lewis & Fremouw (2000). Dating violence: a critical review of the literature. *Clinical Psychology Review*, Vol. 21, No. 1, pp. 105–127

Manita, C. (2005). *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal: Estudo Preliminar de Caracterização*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Marcus, N. E., Lindahl M. K. & Malik, N. M. (2001). Interparental Conflict, Children's Social Cognitions, and Child Aggression: A Test of a Mediational Model. *Journal of Family Psychology*, Vol. 15, No. 2, pp. 315-333.

Margolin, G. (1998). Effects of domestic violence on children. In: Trickett, P. K. & Schellenbach (Eds.). *Violence against children in the family and community*. Washington, APA, pp. 57-101.

Margolin, G. & Gordis, E. B. (2000). The Effects of Family and Community Violence on Children. *Psychology Annual Review*, No. 51, pp. 445-479.

Margolin, G. & Gordis, E. B. (2004). Children's Exposure to Violence in the Family and Community. *Current directions in Psychological Science*, Vol.13, No. 14, pp. 152-155.

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In: Machado & Gonçalves (coods.). *Violência e vítimas de crimes*. 2.^a edição, Coimbra, Quarteto, pp. 81-130.

O'Keefe, M. (1998). Factors Mediating the Link Between Witnessing Interparental Violence and Dating Violence. *Journal of Family Violence*, Vol. 13, No. 1, pp.39-57.

Osofsky, J. D. (1998). Children as invisible victims of domestic and community violence. In: Holden, G.H., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Eds.). *Children exposed to*

marital violence: Theory, research and applied issues. Washington DC, American Psychological Association, pp. 95-117.

Quivy, R. & Camenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva Publicações Limitada.

Ranquet, M. (1996). *Los modelos en Trabajo Social: Intervencion com personas e familias*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.

Ramírez, M. A. (2004) Conflictos Entre Padres y Desarrollo De Los Hijos. *Convergencia: revista de ciencias sociales*, enero-abril, Vol. 11, número 34, pp.171-182.

Rogers, J. M. & Holmbeck, G. (1997). Effects of Interparental Aggression on Children`s Adjustmente: The Moderating Role of Cognitive Appraisal and Coping. *Journal of Psychology*, Vol. 11, No. 1, pp. 125-130.

Sani, A. I., Gonçalves, R. A. & Keating, J. B. (2000). As realidades experienciais de crianças vítimas e testemunhas de violência. *Série Relatórios de Investigação*. Centro de Estudos de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

Sani, A. I. (1999a). As Vítimas Silenciosas: a experiência indirecta nas crianças. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*. pp. 247-257.

Sani, A. I. (1999b). Entrevista de avaliação-intervenção com crianças vitimizadas. In: Soares, A. P., Araújo, S. e Caíres, S (orgs.). Actas do congresso: *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol. VI. Braga, APPORT, pp. 363-373.

Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra, Quarteto Editora.

Sani, A. I. (2003). As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental. Tese de candidatura ao grau de doutor em Psicologia, na

especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Sani, A. I. (2004a). Abordagens teóricas da violência interparental: compreensão do ajustamento da criança. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 2, pp. 153-177

Sani, A. I. (2004b). O discurso de crianças expostas à violência interparental: Estudo qualitativo. *Psychologica* n.º36, pp.109-130.

Sternberg, K. J., Lamb, M. E. & Dawud-Noursi, S. (1998). Using multiple informants to understand domestic violence and its effects. *In: Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N, (Eds.). Children exposed to marital violence. Theory, Research and applied issues*, pp. 121-156. Washington: American Psychological Association.

Spencer & Bryant (2000). Dating Violence: A Comparison of Rural, Suburban, And Urban Teens. *Journal of Adolescent Health*, No 27, pp. 302-305.

Streubert, H. J. & Carpenter, D. R, (1999). *Qualitative Research in Nursing – Advancing the Humanistic Imperative*. USA: Lippincott Williams & Wilkins.

Vala, J. (2003). Análise de Conteúdo. *In: Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). Metodologia das Ciências Sociais*, 12.ª edição, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento.

ANEXOS

ANEXO 1 – Guião de entrevista

ENTREVISTA ÀS CRIANÇAS E À MÃE VÍTIMAS DE EXPERIÊNCIA ABUSIVA
(adaptado de Sani, 2002)

1ª PARTE – Entrevista às crianças e jovens

(1) Viver com a violência (com ambos os pais)

a) Percepção da violência

Do que é que te recordas do tempo os teus pais discutiam?

(Que responsabilidade achas que tinhas? Como era o teu sentimento de (in)segurança?

Que controlo achas que tinhas sobre o que acontecia ?

Achavas-te capaz de fazer alguma coisa? Qual a legitimidade desses actos? Qual a gravidade desses actos?)

b) Percepção das necessidades de ajuda

De que é que sentias necessidade ou precisavas mais?

A tua mãe era capaz de ir ao encontro das tuas necessidades?

c) Efeitos da violência

Achas que o teu ambiente familiar te influenciou? Em que aspectos?

(2) Viver em transição

c) Percepções sobre a denúncia

Quando é que achas que a tua mãe resolveu mudar?

O que é que achas que a fez mudar?

Que aspectos teve ela em consideração?

(3) Após a intervenção

d) Percepção sobre a intervenção

O que é que mudou na tua vida após o contacto com a CPCJ?

O que é que achas que podia ser melhor na intervenção?

e) Percepção do abusador / pai

Quem é essa pessoa para a tua mãe/para ti?

f) Percepção das reacções cognitivas e emocionais

Em que é que é diferente a tua vida agora?

Como é que te sentes agora?

Como é que achas que se sente a tua mãe?

2ª PARTE – Entrevista às mães

(1) Viver com a violência (com ambos os pais)

a) Percepção da violência

Do que é que acha que a sua criança se recorda do tempo em que discutiam?

(Que responsabilidade acha que ela sentia? Como era o sentimento de (in)segurança dela? Que controlo acha que ela tinha sobre o que acontecia?

Acha que ela se sentia capaz de fazer alguma coisa? Qual a legitimidade desses actos? Qual a gravidade desses actos?)

b) Percepção das necessidades de ajuda

De que é que a sua criança sentia necessidade ou precisava mais?

Acha que ia de encontro às necessidades dela?

c) Efeitos da violência

Acha que o ambiente familiar influenciou de alguma forma a sua criança? Em que aspectos?

(2) Viver em transição

c) Percepções sobre a denúncia

Quando é que resolveu denunciar a situação? É o que a sua criança pensa?

O que é que a fez mudar? É o que a sua criança pensa?

Que aspectos teve em consideração? É o que a sua criança pensa?

(3) Após a intervenção (pós-violência)

d) Percepção sobre a intervenção

O que é que mudou na sua vida após o contacto com a CPCJ?

O que é que acha que podia ser melhor na intervenção?

e) Percepção do abusador / pai

Quem é essa pessoa para a si?

Como é a relação dessa pessoa com os seus filhos?

f) Percepção das reacções cognitivas e emocionais

Em que é diferente a sua vida agora? E da sua criança?

Como é que acha que se sente a sua criança?

Como é que ela acha que você se sente?

ANEXO 2 – Matrizes conceituais de análise de conteúdo

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Percepção da violência

Unidade de análise		
Formal	Semântica	Contexto
	Descrições minuciosas sobre os episódios violentos	“Eu acho que se recordam de tudo (...) por exemplo quando o meu marido me atirou com uma faca e abriu-me o dedo, a D. não estava, quem estava era o C.” Ele queria pegar por qualquer coisa, ele ou vinha chateado, não sei. O C. tinha estado a comer uma sandes de fiambre (...) e ao tempo que eu disse aquilo ele tinha a faca de serra na mão e atirou-me com ela, e ao tempo que atirou acertou-me no dedo, calhou, eu estava aninhada, porque se me tivesse acertado noutra lado eu sei lá (...).”
	Realça as questões de intensidade e severidade	
	Distorção da percepção da violência	“(...) a D. ficou com este trauma de não querer sair de casa para lado nenhum, só na minha companhia e tudo, mas ela não assistiu a nada”.
	Impacto cognitivo	
	Impacto emocional	“(...) o C. talvez, porque muitas das discussões eram por causa do C. (...)”.
	Referência ao álcool	“Olhe, o C. chegou a ir chamar gente para me vir defender”.
	Atributos causais	“A D. coitadinha só chorava, aos gritos”.
	Controlo de eventos	“O C. houve uma fase que eu queria sair de casa de casa e ele só me dizia: - mãe deixa lá que ele está bêbedo, amanhã não é nada e não sei que”.
	Incapacidade dos filhos fazerem alguma coisa	[E que controlo acha que os seus filhos tinham sobre a situação?] “Pouco ou nenhum (...)”.
	Desvalorização dos actos praticados sobre a mesma	“Eu acho que não. Eu acho é que eles se sentiam impotentes por quererem fazer e não conseguirem (...)”.
	Atributos responsáveis (dificuldades económicas)	“A gravidade para mim é os meus filhos assistirem a ela. Porque enquanto os meus filhos não andaram a assistir a isto constantemente, eu fui deixando-me levar (...)”.
		“(...) afinal de contas quem leva isto para a frente sou eu e não ele. E agora deito-lhe muitas vezes isso à cara. Porque é assim, eu nunca tive sem ganhar, e se formos a ver, tanto eu como os meus filhos já passamos fome por causa do meu marido, só para ele ter (...) para os vícios dele (...)”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Percepção das necessidades de ajuda

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Necessidades de segurança e protecção	“Sentiam necessidade de fugir daqui para fora. Sabiam que isto ia dar pancada de certeza (...) e de se refugiarem para não assistirem a isto (...)”.
	Necessidade de proteger a mãe	“A psicóloga diz que aquilo foi um sistema de protecção a mim, como quem diz: se eu estiver muito tempo fora de casa ele pode fazer alguma coisa à minha mãe e eu não estou lá para defende-la (...)”.
	Estratégias de comportamento activas	“Olhe, o C. chegou a ir chamar gente para me vir defender”
	Papel paparental	“A isto não, também não sabia o que fazer (...)”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Efeitos da violência

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Consequências pessoais	“(...) piorou muito na escola, teve que ter explicadora e a professora diz que é muito caladinha, que nem fala, até perguntou se ela tem medo ou assim”.
	Efeitos cognitivos e comportamentais negativos	“Olhe, a D. teve que ir à psicóloga, e ainda anda, que mal conseguia falar (...)” “ Mas ela veio, e quando soube, porque eu tive que andar a fazer curativos e tudo, ela a partir daí bloqueou totalmente”.
	Alterações fisiológicos	“(...) nunca mais consegui dormir em casa de ninguém, agora já vai, mas teve que ter acompanhamento psicológico, nunca mais foi dormir a casa de ninguém (...)”
	“Empowerment”	“(...) chegou ao carro começou a dizer que estava sentir mal, começou a ficar com febre alta, já a tive que trazer ao colo que ela já não conseguia sair a andar, e eu cheguei a casa dei-lhe um brufen, deitei-me à beira dela e passado um bocado não era nada (...)”
		“ (...) o C. nem tanto, ele parece que percebia o que acontecia, é muito maturo, nunca foi muito falador, é muito reservado e assim”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver em transição

SUB-CATEGORIA: Percepção sobre a denúncia

Unidade de análise		
Registo		
Formal	Semântica	
	<p>Denúncia da situação quando a violência atinge os filhos</p> <p>“Empowerment”</p> <p>Maus tratos infantis</p> <p>Consequências da revelação: Vergonha em dar a cara Medo da censura social Não querer envolver a família Amor pelos filhos</p>	<p>“Quando ele se virou ao meu C. Porque é assim, enquanto era eu só a levar, nunca foi relacionado mesmo só com o C. (...) Eu só pensei em tentarmo-nos livrar disto, que alguém conseguisse”.</p> <p>“Porque enquanto ele não ficou sem ganhar eu ainda me ia acobardando, porque eu nunca fui capaz de ver que tinha mais capacidades que ele (...) só quando falhou o barco é que eu vi que afinal de contas quem governava era eu e não o ordenado dele (...) foi preciso haver um choque para eu ver que eu é que sou capaz”.</p> <p>(...) depois é assim, depois ameaçou o C. de morte, que nem que fosse quando este tivesse a dormir que o matava. (...) andei umas noites sem dormir. (...) mal o ouvia meter as chaves à porta ficava de sentinela com medo que ele viesse coisa e com aquela cisma me desse cabo do rapaz”.</p> <p>“(...) eu pensei assim: eu tenho que tomar uma atitude, vou saber, porque a minha ideia era denunciar pelo telefone, para não ser eu a dar a cara”.</p> <p>“Pois, sabe isto é assim: isto é um meio pequenino, e toda a gente nos vê entrar aqui e ali não é (...)”.</p> <p>“Porque é assim eu nunca quis meter a minha família nem nada, porque é assim: são problemas nosso (...)”.</p> <p>“Olhe que eu já pensei muitas vezes em dar cabo da minha vida e o que me faz não o fazer são os meus filhos, eu cheguei a escrever uma carta para cada um deles”.</p>

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção sobre a intervenção

Unidade de análise		
Registo		
Formal	Semântica	
	<p>Papel do sistema formal e adequabilidade da intervenção</p>	<p>“Eu acho que vocês agiram bem, não me parece que pudessem ter feito mais do que fizeram”.</p>

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção do abusador/pai

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
“Pessoa normal”	Mudança comportamental	“(…) ele mudou o comportamento com os filhos, principalmente com o Pedro., tolera muito mais os miúdos (….) eu acho que ele temeu alguém, que alguém lhe fez frente”.
	Representação do papel de pai	“ Eu acho que para eles [os filhos] é uma pessoa normal . É complicado. Eu acho que para eles é o pai deles e é ele que os tem criado, ou bem ou mal, é assim que eles o vêm”.
“Pai dos meus filhos”	Diminuição da afectividade filho-pai	“(…) apesar do Pedro. dizer muitas vezes que queria ter um pai diferente, que queria um pai igual aos outros. O Pedro diz isso muitas vezes”.
	Não crê que a situação perdure Associação dos conflitos ao álcool.	“Acho que pelo menos o meu Pedro. não tem por ele aquele carinho quem tem por mim”.
		“(…) para mim olha: ele é o pai dos meus filhos . Foi com quem eu casei e agora vou tentar aguentar o máximo que eu puder”.
		“(…) eu não acredito, sinceramente eu não acredito que dê resultado, mas pronto, o pouco tempo que resultar já é bom, o pouco tempo que ele conseguir deixar de beber e a gente conseguir falar para ele sem ele estar sempre aos berros nem nada, já valeu a pena”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção das reacções cognitivas e emocionais

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
“Tenho mais sossego”	Sentimento de Segurança	“ Tenho mais sossego , sei que posso entrar em casa e eles não estão pegados. Que às vezes o meu medo era até sair e eles se pegarem e eu não estava aqui para os defender”.
Estáveis/ Tranquilas		“E agora sei que posso ir descansada que para já tem estado tudo sossegado”.
Esperançadas		“Andam mais estáveis , não andam (….) por exemplo a D. já vem e sabe que se ele estiver a dormir e acordar, que não pega com ninguém e acho que anda mais

Alegres	Desconhecimento do que os filhos acham que esta sente	tranquila (...) . “Eu penso que mais tranquilas, por uma estão esperançadas que o tratamento dê resultado, por outro lado sentem-se mais alegres , nota-se quando eles chegam a casa ou assim, é completamente diferente (...).” “Não sei. Não faço a mínima ideia do que é que eles acham que eu sinto”.
---------	---	--

TEMA: Exposição à violência interparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Percepção da violência

Unidade de análise		
Registro		Contexto
Formal	Semântica	
	Descrições vagas sobre a violência	[Maria]“ (...) sei lá, berros, toda a gente a chorar (...) tanta coisa, o normal, o meu pai batia na minha mãe (...) lembro-me de ele ameaçar o meu irmão de morte, que o matava e que isto e aquilo”.
	Construções da violência como sendo normal	[Pedro]“ (...) era uma chatice lá em casa. Todos se chateavam, era porque alguma coisa estava mal (...) berros, toda agente a chorar (...) tanta coisa, o normal , (...) acho que é sempre assim”.
	Atribuição ao álcool como agravante do conflito	[Pedro]“ (...) e com quem ando e isso, por exemplo vou a casa de algum colega e acho que também é assim em casa deles”.
		[Maria]“Eu e o meu irmão não podíamos fazer nada que ele pegava por tudo e por nada. Quando estava bêbedo era pior (...)”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Percepção das necessidades de ajuda

Unidade de análise		
Registro		Contexto
Formal	Semântica	
	Necessidades de se sentirem seguros	[Pedro]“Sei lá (...) alguém que nos ajudasse, principalmente a minha mãe e a minha irmã”.
	Idealização de alguém exterior que pusesse fim ao conflito	[Maria]“(...) de alguém mais velho para tentar impedir aquilo, alguém que conseguisse separá-los, alguém que nos ajudasse”.
	Reconhecimento de que a mãe não conseguia ir de encontro às necessidades destes	[Maria]“Não, precisava era alguém que a [mãe] ajudasse também”. [Pedro]“Acho que não, por isso é que a minha irmã anda na psicóloga”.

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver com violência

SUB-CATEGORIA: Efeitos da violência

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
“medo”	Efeitos negativos do foro cognitivo	[Maria]“Tinha medo de ficar sozinha (...) tinha medo de estar em casa, de deixar a minha mãe sozinha”.
	Estratégias confronto passivas	[Maria]“Com medo, tipo, não queria estar lá, fugia para o meu quarto e fechava a porta, às vezes (...) não queria que nada daquilo acontecesse. Outras vezes punha-me no meio”.
“Chateado, revoltado”	Sentimento de culpa face ao que acontecia	[Pedro]“(...) algumas coisas sim, podiam chatear-se por minha causa”. Acho que de tentar impedir (...)” algumas coisas podem ter sido por minha culpa, outras também podem não ter sido”. [Maria]“(...) e acho que às vezes também os meus pais discutiam por causa de mim e do meu irmão”.
	Sentimentos de insegurança	[Maria]“(...) com medo, tipo, não queria estar lá, fugia para o meu quarto e fechava a porta (...)
	Falta de controlo sobre a situação/indicadores de ansiedade	[Maria]“Nada, fugia para o meu quarto e só voltava quando parassem, tinha medo”.
	Indicadores emocionais	[Maria]“(...) sentia-me triste, com medo, assustada, porque não conseguia fazer nada (...) só queria que parassem (...)”.
	Alterações ao nível do rendimento escolar	[Pedro]“(E que controlo tinhas sobre a situação?)” – “Não tinha”.
	Normalização do fenómeno	[Pedro](E como é que te sentias quando os teus pais discutiam?) – (...) chateado, revoltado”.
	Censura quanto ao uso da violência	[Pedro]“(...) a minha irmã acho que não, acho que foi, teve problemas na escola, tinha más notas”.
	“Empowerment”	[Maria]“E na escola também, as minhas notas pioraram e tive que ir para a explicadora”.
		[Pedro]“Sim, e com quem ando e isso, por exemplo vou a casa de algum colega e acho que também é assim em casa deles”.

		<p>[Pedro]“Acho que é mau isso, não é com a violência que as pessoas se entendem”.</p> <p>[Pedro]“ agora para o fim acho (...) antes era mais novo, agora tenho mais maturidade”.</p> <p>[Maria]“ás vezes metia-me no meio, para que parassem (...)”.</p>
--	--	---

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Viver em transição

SUB-CATEGORIA: Percepções sobre a denúncia

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Quando os conflitos se estendem aos filhos	<p>“Porque não foi à minha mãe que ele quis bater, foi mais ao meu irmão. Acho que se fosse nela era diferente, mas como foi mais para o meu irmão mudou tudo de situação”.</p> <p>“(...) por o meu pai estar sempre a implicar comigo (...).</p> <p>“Acho que pensou em mim e também na minha irmã e nela acho eu”.</p> <p>“Acho que pensou em mim e no meu irmão. E também acho que pensou um bocado nela (...).</p>
	Razões da denúncia	

TEMA: Exposição à violência interpaparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção sobre a intervenção

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Mudança comportamental	<p>[Pedro]“O meu pai ficou menos agressivo, está tudo normal, sem discussões, agora está tudo bem”.</p> <p>[Maria]“Mais tolerante, mais responsável, não bebe, não age logo, conversa, é responsável”.</p> <p>[Pedro]“O que mudou? Não houve assim mais chatices nenhuma”.</p> <p>[Maria]“Acho que não, acho que está bom assim (...)”.</p> <p>[Pedro]“(...) acho que nada, acho que está bem assim (...) não me lembro de nada”.</p>
	Intervenção adequada às suas necessidades	

TEMA: Exposição à violência interparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção do abusador/pai

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Referência ao conceito de pai	[Pedro]“É o meu pai, é o chefe de família, é quem manda”.
		[Maria]“É o meu pai, ele para mim nunca foi muito mau, pai é pai”.
	Desconhecimento de como a mãe vê o pai	[Maria]“Acho que agora pensa agora melhor dele, mas não sei se ela o vê como via antigamente, acho que isso ela é que sabe”.

TEMA: Exposição à violência interparental – estudo de caso

CATEGORIA: Após a intervenção

SUB-CATEGORIA: Percepção das reacções cognitivas e emocionais

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
Calmo, Feliz, sem Stresses	Tempo de serenidade	[Pedro]“ Mais calma, não há chatices, não há nada, normalmente”.
		[Maria]“(…) agora tenho uma vida como a dos meus amigos”.
Tranquila, Sossegada, Feliz		[Pedro]“oh, sinto-me feliz , mais calmo , sem stresses (...)”.
	Melhoria do desempenho escolar	[Maria]“Sinto-me bem, mais tranquila , mais sossegada , mais feliz , acho que as coisas estão a melhorar”.
	Atribuição de sentimentos de felicidade à mãe	[Maria]“Estão melhores, não tive nenhuma negativa. Mas sou pior comportada disse a minha directora”.
		[Pedro]“Sente-se melhor, mais alegre, mais contente (...)”
		[Maria]“Também muito bem, acho que se sente bem, acho que se sente mais feliz”.

ANEXO 3 – Declaração de consentimento da CPCJ para a realização do estudo

DECLARAÇÃO

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens autoriza a realização do estudo intitulado “Exposição à violência interpapental – estudo de caso” realizado por Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha, aluno da Licenciatura em Serviço Social da Universidade Fernando Pessoa.

A CPCJ

ANEXO 4 – Declarações de consentimento para realização de entrevistas

Declaração de consentimento

Eu _____, na qualidade de progenitora/cuidadora do(a) menor _____ autorizo a sua participação no estudo intitulado **“Exposição à violência interparental: estudo qualitativo”**, realizado por Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha, aluno de Serviço Social da Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que fui informada de todos os objectivos e procedimentos do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso, assim como da possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista.

Mais declaro autorizar a gravação da entrevista para futura análise do seu conteúdo.

Porto, _____ de _____ de _____

Declaração de consentimento

Eu _____ aceito participar de livre vontade no estudo monográfico intitulado **“Exposição à violência interparental: estudo qualitativo”**, realizado por Vasco António Dias Monteiro Queirós Rocha, aluno de Serviço Social da Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que fui informada de todos os objectivos e procedimentos do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso assim como da possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista.

Mais declaro autorizar a gravação da entrevista para futura análise do seu conteúdo.

Porto, _____ de _____ de _____
